ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
CNPJ/ME Nº 10.538.273/0001-48
NIRE 2630.001.692-3

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2022

DATA: 31 de maio de 2022.

LOCAL: na sede da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL ("Companhia"), localizada na Av. Eng. Antonio de Góes, n.º 60, conjunto 801-D, Bairro do Pina, CEP 51010-000, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

HORA: 17:00 (dezessete) horas.

PRESENÇA: Totalidade dos acionistas com direito a voto, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

CONVOCAÇÃO: Dispensadas as formalidades de convocação, conforme o disposto no art. 124, parágrafo 4° da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos, o Sr. Dionon Lustosa Cantareli Junior, Diretor Presidente da Companhia, que convidou a mim, Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima, para exercer as funções de Secretária.

ORDEM DO DIA: Em assembleia geral ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e em 31/12/2021; e **(ii)** deliberar sobre as respectivas destinações dos lucros líquidos da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2021 e a distribuição de dividendos, se aplicável. Em assembleia geral extraordinária: **(iii)** deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares ao único acionista, referentes ao lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas em 31/05/2022, no valor de R$ 15.455.294,97 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos).

PUBLICAÇÕES: as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2019, foram publicadas no Diário de Pernambuco do dia 03/04/2020, Caderno de Economia, páginas 06 e 07 (resumido, impresso) e no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no dia 03/04/2020. As demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2021 foram publicadas no Diário de Pernambuco do dia 05/04/2022, Caderno de Economia, página 05 (resumido, impresso) e Caderno de Esportes, páginas 17 até 19 (completa, eletrônico). Todas as publicações aqui mencionadas seguem para registro como Anexo I à presente ata.

DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia, o único acionista aprovou, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a lavratura da presente Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das S.A.

(i) Em seguida, foram tomadas, examinadas, discutidas e aprovadas, pelo único acionista, as contas dos administradores, bem como o relatório de administração em conjunto com o parecer dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2021.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

05/08/2022
Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

(ii) Foram aprovadas pelo único acionista as destinações dos lucros líquidos da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2021 da seguinte forma:

(a) No exercício social encerrado em 31/12/2019, foi apurado lucro líquido de R$ 102.947.632,94 (cento e dois milhões, novecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos) e foram aprovadas e ratificadas as destinações do resultado realizadas, de modo que, do lucro líquido do exercício: ***(a.1)*** R$ 1.072.146,91 (um milhão e setenta e dois mil, cento e quarenta e seis reais e noventa e um centavos) foram destinados para a conta de reserva legal; ***(a.2)*** R$ 25.468.871,51 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e um reais e cinquenta e um centavos) foram destinados à título de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas; ***(a.3)*** R$ 19.369.910,96 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e dez reais e noventa e seis centavos) foram destinados também como dividendos complementares para os acionistas; e ***(a.4)*** R$ 57.036.703,56 (cinquenta e sete milhões e trinta e seis mil, setecentos e três reais e cinquenta e seis centavos) foram destinados para a reserva de lucros acumulados.

(b) No exercício social encerrado em 31/12/2021, foi apurado prejuízo de R$ 70.140.288,51 (setenta milhões, cento e quarenta mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), de modo que (***b.1)*** foi aprovada a absorção do prejuízo do exercício à conta lucros acumulados, conforme determinado pelo artigo 189, parágrafo único da Lei das S.A., bem como **(*b.2)*** foi aprovado o pagamento de R$ 42.020.018,36 (quarenta e dois milhões, vinte mil, dezoito reais e trinta e seis centavos) em dividendos aos acionistas à conta de reservas de lucros acumulados.

(iii) Foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares ao único acionista referentes ao lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas em 31/05/2022, no valor de R$ 15.455.294,97 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos), o qual se encontra dentro do limite legal constante no artigo 204, § 1º, da Lei das S.A.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou e eu, secretária, lavrei esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes, que autorizam sua publicação em forma de extrato. Recife, 31 de maio de 2022. Dionon Lustosa Cantareli Júnior – Presidente da Mesa – Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima – Secretária.

Acionista presente: **DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, p. Dionon Lustosa Cantareli Júnior.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.

Dionon Lustosa Cantareli Júnior	**Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima**
Presidente	Secretária

DC ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Dionon Lustosa Cantareli Júnior

Diretor Presidente

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4awjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

05/08/2022
Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

ANEXO I – PUBLICAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS ANOS DE 2019 E 2021

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

05/08/2022

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4awjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

ebrasil

ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL

CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	22.519	10	107.962	40.438
Contas a receber	9	-	-	22.583	61.401
Estoques	10	-	-	19.764	19.781
Impostos a recuperar	11	2.326	1.692	5.006	4.314
Outros créditos	12	4.598	3.915	9.677	20.230
Total do Ativo Circulante		29.443	5.617	164.992	146.164
Não circulante					
Outras contas a receber	12	220	-	11.578	10.067
Impostos a recuperar	11	-	-	58.426	55.901
Partes relacionadas-mútuos a receber	24	1.510	1.810	1.419	1.908
Investimentos	13	1.142.732	980.176	1.039.211	830.272
Imobilizado	14	-	-	147.544	160.675
Intangível		-	-	33	68
Diferido		-	-	-	971
Total do Ativo Não Circulante		1.144.462	981.986	1.258.212	1.059.861
Total do Ativo		1.173.905	987.603	1.423.204	1.206.025

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Fornecedores	15	20	27	9.057	11.452
Empréstimos e financiamentos	16	6.058	76.291	6.058	76.291
Debêntures	17	56.124	11.840	69.733	25.553
Impostos correntes e obrigações tributárias	18	15	2	6.121	5.915
Obrigações estimadas		-	-	21	-
Taxas regulamentares	19	-	-	11.706	10.910
Partes relacionadas-mútuos a pagar	24	199	507	199	507
Dividendos a pagar		887	887	887	887
Outras contas a pagar	20	-	-	2.527	12.926
Total do Passivo Circulante		63.303	89.554	106.309	144.441
Não circulante					
Debêntures	17	194.444	40.000	238.291	97.000
Partes relacionadas-mútuos a pagar	24	-	-	1.550	2.002
Provisão para contingência	21	-	-	1.048	1.048
Taxas regulamentares	19	-	-	9.808	9.239
Impostos diferidos	22	-	-	26.201	19.488
Total do Passivo Não Circulante		194.444	40.000	276.898	128.777
Patrimônio líquido	23	916.158	858.049	1.039.997	932.807
Capital social		120.590	120.590	120.590	120.590
Adiantamento para futuro aumento de capital		385.488	385.488	385.488	385.488
Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
Reserva de lucros		327.568	269.459	327.568	269.459
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		916.158	858.049	916.158	858.049
Participação de não controladores		-	-	123.839	74.758
Total do Patrimônio líquido		916.158	858.049	1.039.997	932.807
Total do Passivo e patrimônio líquido		1.173.905	987.603	1.423.204	1.206.025

Demonstrações dos resultados

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	25	-	-	167.728	185.705
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(66.835)	(100.627)
Lucro bruto		-	-	100.893	85.078
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	27	(1.885)	(2.397)	(17.330)	(10.309)
Outros receitas	28	-	-	183	1.879
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.885)	(2.397)	83.746	76.648
Receitas financeiras	29	1.790	4.114	5.934	6.572
Despesas financeiras	29	(14.058)	(11.741)	(21.690)	(20.416)
Despesas financeiras líquidas	29	(12.268)	(7.627)	(15.756)	(13.844)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		(14.153)	(10.024)	67.990	62.804
Resultado de equivalência patrimonial	13	117.101	121.012	58.222	68.035
Lucro antes do I.R. e da C.S.		102.948	110.988	126.212	130.839
I.R. e C.S.					
Correntes		-	-	(23.761)	(18.889)
Diferidos		-	-	(3.239)	(5.588)
Incentivo fiscal SUDENE		-	-	14.847	12.542
Lucro líquido do exercício		102.948	110.988	114.059	118.904
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		102.948	110.988	102.948	110.988
Acionistas não controladores		-	-	11.111	7.915
Lucro líquido do exercício		102.948	110.988	114.059	118.903

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	102.948	110.988	114.059	118.904
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	102.948	110.988	114.059	118.904
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	102.948	110.988	102.948	110.988
Acionistas não controladores	-	-	11.111	7.915
Resultado abrangente total	102.948	110.988	114.059	118.903

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		120.590	200.520	82.512	17.496	243.820	-	664.938	44.728	709.666
Aporte de capital	23		184.968					184.968		184.968
Lucro líquido do exercício							110.988	110.988	7.915	118.903
Efeito do ajuste da participação dos não controladores									22.115	22.115
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23				5.550		(5.550)	-		-
Dividendo mínimo obrigatório	23						(26.360)	(26.360)		(26.360)
Dividendo pago	23						(76.485)	(76.485)		(76.485)
Constituição da reserva de retenção de lucros	23					2.593	(2.593)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		120.590	385.488	82.512	23.046	246.413	-	858.049	74.758	932.807
Lucro líquido do exercício							102.948	102.948	11.111	114.059
Efeito do ajuste da participação dos não controladores									37.970	37.970
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23				1.072		(1.072)	-		-
Dividendo mínimo obrigatório	23						(25.469)	(25.469)		(25.469)
Dividendo pago	23						(19.370)	(19.370)		(19.370)
Constituição da reserva de retenção de lucros	23					57.037	(57.037)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		120.590	385.488	82.512	24.118	303.450	-	916.158	123.839	1.039.997

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	102.948	110.988	114.059	118.903
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	-	(6.911)
Equivalência patrimonial	(117.101)	(121.012)	(58.222)	(68.035)
Baixa de ágio de investimento	-	19	-	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	102	1.595
Participação de não controladores	-	-	11.111	7.915
Depreciação e amortização	-	-	12.409	15.969
Impostos correntes	-	-	8.914	6.347
Impostos diferidos	-	-	3.239	3.238
Redução no ativo diferido	-	-	971	2.332
Juros provisionados emprestimos	2.918	3.294	2.918	-
Juros provisionados debêntures	7.642	4.103	13.694	7.409
	(3.593)	(2.608)	109.195	88.762
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	-	-	38.818	(36.451)
(Aumento) dos impostos a recuperar	(961)	(1.130)	(3.217)	497
(Aumento) em estoques	-	-	17	(1.043)
Redução (aumento) em outros ativos	(683)	(29)	9.042	(12.780)
(Redução) aumento em fornecedores	(7)	24	(2.395)	43
(Redução) aumento em impostos e contribuições, líquido	13	(3)	(2.983)	2.340
(Redução) aumento em outros passivos	-	2	(4.996)	19.836
Caixa originado das (aplicado nas) atividades operacionais	(5.231)	(3.744)	143.481	61.204
Juros de empréstimos bancários	(2.926)	(2.029)	(2.926)	(2.035)
Juros debêntures	(8.013)	(2.263)	(15.069)	(5.447)
Impostos pagos	-	-	(3.189)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	(16.170)	(8.036)	122.297	53.722
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Adições de investimento	(174.822)	(279.410)	(195.250)	(310.485)
Dividendos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	128.574	109.471	68.021	74.705
Recurso proveniente de alienação do imobilizado	-	-	772	2
Dividendos pagos a acionistas	-	-	-	5.919
Adições de imobilizado	-	-	(278)	(4.839)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(46.248)	(169.939)	(126.735)	(234.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	100.000	-	100.000
Captação de debêntures	250.000	60.000	250.000	-
Aporte de capital	-	184.968	-	184.968
Empréstimos disponibilizados partes relacionadas	(308)	(19.917)	(308)	(20.502)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas	300	-	489	525
Amortizaçaõ do valor principal debêntures	(50.000)	(10.000)	(63.154)	(13.512)
Amortização do principal dos empréstimos bancários	(70.226)	(55.000)	(70.226)	(38)
Pagamento de dividendos	(44.839)	(102.846)	(44.839)	(102.846)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	84.927	157.205	71.962	148.595
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	22.509	(20.770)	67.524	(32.381)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	20.780	40.438	72.819
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	22.519	10	107.962	40.438
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	22.509	(20.770)	67.524	(32.381)

Diretoria

Dionon Lustosa Cantareli Junior - Diretor Presidente
Carlos Wilson S. Ribeiro - Diretor Financeiro
Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima - Diretora de Controladoria
Richard Kehrer Kovacs - Diretor de Novos Negócios e Planejamento

Contadora

Mayara Peixoto Quintino Martorelli - Contadora - CRCPE 021.099/O-5

As Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, foram publicadas na íntegra no Jornal Diário de Pernambuco no dia 03/04/2020.

SE DEPENDER DA GENTE,
NÃO VAI FALTAR LIVRO
NA SUA ESTANTE.

CONFIRA OS LANÇAMENTOS
EDITORA.CEPE.COM.BR
Cepe EDITORA
/cepeeditora @cepeeditora

05/08/2022

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

ebrasil

ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL

CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	22.519	10	107.962	40.438
Contas a receber	9	-	-	22.583	61.401
Estoques	10	-	-	19.764	19.781
Impostos a recuperar	11	2.326	1.692	5.006	4.314
Outros créditos	12	4.598	3.915	9.677	20.230
Total do Ativo Circulante		29.443	5.617	164.992	146.164
Não circulante					
Outras contas a receber	12	220	-	11.578	10.067
Impostos a recuperar	11	-	-	58.426	55.901
Partes relacionadas-mútuos a receber	24	1.510	1.810	1.419	1.908
Investimentos	13	1.142.732	980.176	1.039.211	830.272
Imobilizado	14	-	-	147.544	160.675
Intangível		-	-	33	68
Diferido		-	-	-	971
Total do Ativo Não Circulante		1.144.462	981.986	1.258.212	1.059.861
Total do Ativo		1.173.905	987.603	1.423.204	1.206.025
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**Controladora 2019**	**Controladora 2018**	**Consolidado 2019**	**Consolidado 2018**
Circulante					
Fornecedores	15	20	27	9.057	11.452
Empréstimos e financiamentos	16	6.058	76.291	6.058	76.291
Debêntures	17	56.124	11.840	69.733	25.553
Impostos correntes e obrigações tributárias	18	15	2	6.121	5.915
Obrigações estimadas		-	-	21	-
Taxas regulamentares	19	-	-	11.706	10.910
Partes relacionadas-mútuos a pagar	24	199	507	199	507
Dividendos a pagar		887	887	887	887
Outras contas a pagar	20	-	-	2.527	12.926
Total do Passivo Circulante		63.303	89.554	106.309	144.441
Não circulante					
Debêntures	17	194.444	40.000	238.291	97.000
Partes relacionadas-mútuos a pagar	24	-	-	1.550	2.002
Provisão para contingência	21	-	-	1.048	1.048
Taxas regulamentares	19	-	-	9.808	9.239
Impostos diferidos	22	-	-	26.201	19.488
Total do Passivo Não Circulante		194.444	40.000	276.898	128.777
Patrimônio líquido	23	916.158	858.049	1.039.997	932.807
Capital social		120.590	120.590	120.590	120.590
Adiantamento para futuro aumento de capital		385.488	385.488	385.488	385.488
Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
Reserva de lucros		327.568	269.459	327.568	269.459
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		916.158	858.049	916.158	858.049
Participação de não controladores		-	-	123.839	74.758
Total do Patrimônio líquido		916.158	858.049	1.039.997	932.807
Total do Passivo e patrimônio líquido		1.173.905	987.603	1.423.204	1.206.025

Demonstrações dos resultados	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita operacional líquida	25	-	-	167.728	185.705
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(66.835)	(100.627)
Lucro bruto		-	-	100.893	85.078
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	27	(1.885)	(2.397)	(17.330)	(10.309)
Outros receitas	28	-	-	183	1.879
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.885)	(2.397)	83.746	76.648
Receitas financeiras	29	1.790	4.114	5.934	6.572
Despesas financeiras	29	(14.058)	(11.741)	(21.690)	(20.416)
Despesas financeiras líquidas	29	(12.268)	(7.627)	(15.756)	(13.844)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		(14.153)	(10.024)	67.990	62.804
Resultado de equivalência patrimonial	13	117.101	121.012	58.222	68.035
Lucro antes do I.R. e da C.S.		102.948	110.988	126.212	130.839
I.R. e C.S.					
Correntes		-	-	(23.761)	(18.889)
Diferidos		-	-	(3.239)	(5.588)
Incentivo fiscal SUDENE		-	-	14.847	12.542
Lucro líquido do exercício		102.948	110.988	114.059	118.904
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		102.948	110.988	102.948	110.988
Acionistas não controladores		-	-	11.111	7.915
Lucro líquido do exercício		102.948	110.988	114.059	118.903

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		120.590	200.520	82.512	17.496	243.820	-	664.938	44.728	709.666
Aporte de capital	23		184.968					184.968		184.968
Lucro líquido do exercício							110.988	110.988	7.915	118.903
Efeito do ajuste da participação dos não controladores									22.115	22.115
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23				5.550		(5.550)	-		-
Dividendo mínimo obrigatório	23						(26.360)	(26.360)		(26.360)
Dividendo pago	23						(76.485)	(76.485)		(76.485)
Constituição da reserva de retenção de lucros	23					2.593	(2.593)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		120.590	385.488	82.512	23.046	246.413	-	858.049	74.758	932.807
Lucro líquido do exercício							102.948	102.948	11.111	114.059
Efeito do ajuste da participação dos não controladores									37.970	37.970
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23				1.072		(1.072)	-		-
Dividendo mínimo obrigatório	23						(25.469)	(25.469)		(25.469)
Dividendo pago	23						(19.370)	(19.370)		(19.370)
Constituição da reserva de retenção de lucros	23					57.037	(57.037)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		120.590	385.488	82.512	24.118	303.450	-	916.158	123.839	1.039.997

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	102.948	110.988	114.059	118.903
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	-	(6.911)
Equivalência patrimonial	(117.101)	(121.012)	(58.222)	(68.035)
Baixa de ágio de investimento	-	19	-	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	102	1.595
Participação de não controladores	-	-	11.111	7.915
Depreciação e amortização	-	-	12.409	15.969
Impostos correntes	-	-	8.914	6.347
Impostos diferidos	-	-	3.239	3.238
Redução no ativo diferido	-	-	971	2.332
Juros provisionados emprestimos	2.918	3.294	2.918	-
Juros provisionados debêntures	7.642	4.103	13.694	7.409
	(3.593)	(2.608)	109.195	88.762
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber de clientes	-	-	38.818	(36.451)
(Aumento) dos impostos a recuperar	(961)	(1.130)	(3.217)	497
(Aumento) em estoques	-	-	17	(1.043)
Redução (aumento) em outros ativos	(683)	(29)	9.042	(12.780)
(Redução) aumento em fornecedores	(7)	24	(2.395)	43
(Redução) aumento em impostos e contribuições, líquido	13	(3)	(2.983)	2.340
(Redução) aumento em outros passivos	-	2	(4.996)	19.836
Caixa originado das (aplicado nas) atividades operacionais	(5.231)	(3.744)	143.481	61.204
Juros de empréstimos bancários	(2.926)	(2.029)	(2.926)	(2.035)
Juros debêntures	(8.013)	(2.263)	(15.069)	(5.447)
Impostos pagos	-	-	(3.189)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	(16.170)	(8.036)	122.297	53.722
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Adições de investimento	(174.822)	(279.410)	(195.250)	(310.485)
Dividendos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	128.574	109.471	68.021	74.705
Recurso proveniente de alienação do imobilizado	-	-	772	2
Dividendos pagos a acionistas	-	-	-	5.919
Adições de imobilizado	-	-	(278)	(4.839)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(46.248)	(169.939)	(126.735)	(234.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	100.000	-	100.000
Captação de debêntures	250.000	60.000	250.000	-
Aporte de capital	-	184.968	-	184.968
Empréstimos disponibilizados partes relacionadas	(308)	(19.917)	(308)	(20.502)
Recebimento de empréstimo de partes relacionadas	300	-	489	525
Amortização do valor principal debêntures	(50.000)	(10.000)	(63.154)	(13.512)
Amortização do principal dos empréstimos bancários	(70.226)	(55.000)	(70.226)	(38)
Pagamento de dividendos	(44.839)	(102.846)	(44.839)	(102.846)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	84.927	157.205	71.962	148.595
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	22.509	(20.770)	67.524	(32.381)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	20.780	40.438	72.819
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	22.519	10	107.962	40.438
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	22.509	(20.770)	67.524	(32.381)

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	102.948	110.988	114.059	118.904
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	102.948	110.988	114.059	118.904
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	102.948	110.988	102.948	110.988
Acionistas não controladores	-	-	11.111	7.915
Resultado abrangente total	102.948	110.988	114.059	118.903

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional: A Eletricidade do Brasil S.A. ("EBRASIL" ou "Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife-Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras Companhias, comercializar energia e na gestão de empreendimentos. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como 'Grupo'). A Companhia é uma controlada integral da DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia"). **1.1 Relação de entidades controladas e coligadas:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo:

	País	Participação acionária 2019	Participação acionária 2018
Investidas diretas			
EBrasil Energia Ltda. ("EBE")	Brasil	89,50%	89,50%
EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")	Brasil	99,99%	99,99%
Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA")	Brasil	83,60%	83,60%
EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	Brasil	99,99%	99,99%
Termocabo S.A. ("Termocabo")	Brasil	24,00%	24,00%
Investidas indiretas			
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	Brasil	50,00%	50,00%
Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA")	Brasil	25,00%	25,00%
Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Em fase pré-operacional) ("CELSE")	Brasil	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Brasil	41,66%	41,66%

a. Investidas diretas: (i) Controladas: • Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA"): A EPESA é uma Companhia anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termomanaus, com potência instalada de 94,05 MWh e 142,65 MWh, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 29 de junho de 2006. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2009. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009. No exercício de 2016, a geração de energia da EPESA foi de 120.947,16 MWh (771.908,4700 MWh). A redução da geração vem correndo desde agosto de 2015 em função da ordem de desligamento das UTEs com CVU acima de R$ 600,00, estando a EPESA inserida neste rol. Nos exercícios de 2018 e 2017, a Companhia apresentou 70.255,44 MW/hr e 114.939,11 MW/hr , respectivamente, em termos de comportamento de geração de energia líquida por despacho da ANEEL. As informações referente aos MWh consumidos não foram auditados. ***• EBrasil Energia Ltda. ("EBE"):*** A EBE é uma Empresa limitada com sede em Recife-PE que está devidamente autorizada a atuar no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, mediante despacho ANEEL nº 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da CCEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009. A EBE possui participação acionária na de 50% na CELSEPAR-Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A, que por sua vez possui 100% de participação acionária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Em 4 de novembro de 2016 a EBE passou a ter participação societária de 25% das ações da CEBARRA-Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros. ***• Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR"):*** A CELSEPAR é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 11 de dezembro de 2017. O endereço do escritório, atual sede da Empresa, é na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, Brooklin Paulista, São Paulo-SP e tem por objeto a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. Em 16 de março de 2018, a CELSEPAR adquiriu 100% de participação societária na CELSE-Centrais Elétricas de Sergipe S.A.. ***• Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Em fase pré-operacional) ("CELSE"):*** A CELSE tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica através daimplantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes. ***• Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA"):*** A CEBARRA tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) a importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. ***• EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE"):*** A ENORTE é uma Empresa limitada com sede em Iranduba-Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobrás S.A). O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores. Em 2019 e 2018, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decurso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. Em 2019, a empresa avaliará a continuidade de seus negócios. ***• EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS"):*** A EGÁS é uma Companhia anônima com sede em Cabedelo, Estado na Paraíba, capital fechado, que tem por objetivo construir, implantar e operar usinas termoelétricas abastecidas a Gás Natural, bem como importação, exportação e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás natural Comprimido (GNC). Em 2018 teve sua constituição societária alterada para *holding*, passando a deter 41,66% das ações da EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ***• Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"):*** A EPASA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Termonordeste e Termoparaíba, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9 de julho de 2007. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. As Usinas entraram em operação comercial em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011, respectivamente. ***(ii) Coligada: • Termocabo S.A. ("Termocabo"):*** A Termocabo é uma Companhia anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ e uma usina termelétrica localizada em Cabo de Santo Agostinho-PE. Foi constituída em 22 de agosto de 2001 e iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MW para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCEAR") pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. **2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). O Grupo também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração de 30 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06 (R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. *(a) Julgamentos:* As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 13**- equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; • **Nota explicativa 7(a)**- consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida; ***(b) Incerteza sobre premissas e estimativas:*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 11**- reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • **Nota explicativa 14**- teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e • **Nota explicativa 21**- reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **(i) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, do Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, do Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, do Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, do Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação-ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se do Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 31- Instrumentos Financeiros. **5 Mudança nas principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou aplicou inicialmente o CPC 06 (R2)-Operações Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. ***(a) CPC 06 (R2) - Operações Arrendamento Mercantil:*** O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 (R2) eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. Com a adoção do CPC 06 (R2), o Grupo deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. O arrendatário pode decidir não aplicar os requisitos da norma para arrendamentos de ativos subjacentes de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. No período findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo adotou a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e de ativos subjacentes de baixo valor, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. Dessa forma a Administração concluiu que não existem impacto nas demonstrações financeiras decorrentes dessa norma contábil com base nas características dos contratos do Grupo. **Como arrendador:** A controlada ENORTE arrenda alguns ativos como geradores, O Grupo classificou esses arrendamentos como operacionais. O Grupo não é requerido a fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16 para arrendamentos nos quais atua como arrendador, exceto para um subarrendamento que não aplica-se a controlada. ***(b) ICPC 22-Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:*** O ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta Interpretação trata: • Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; • As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; • Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e • Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias. Não foram identificados impactos na adoção do ICPC 22. **6 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo e, quando aplicável, ajustadas ao valor justo. **7 Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Base para consolidação: *(i) Controladas:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Participação de acionistas não-controladores:*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***(iii) Perda de controle:*** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial:*** Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. ***(v) Critérios de consolidação:*** A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3)-Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. *Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações entre Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as Companhias, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Companhia. **b. Receita operacional:** As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica. A receita é apresentada líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita operacional é reconhecida quando do Grupo satisfaz a obrigação da prestação de serviços prometida ao cliente. O Grupo reconhece suas receitas, em conformidade com o CPC 47. A receita proveniente da venda da energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. Possui também uma receita de disponibilidade que representa uma remuneração anual para cada UTE para fazer frente aos custos de operação e manutenção. De forma geral, as receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema-ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. ***(i) Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre:*** Na operação de contratação em ambiente livre, o Grupo tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. **c. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Plano de saúde médico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. O Grupo não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados. **d. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). Incentivos governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. A controlada EPASA possui o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do I.R. de 75% (setenta e cinco por cento) do I.R. e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da EPASA. **e. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em aplicações financeiras e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado "pro rata" dia com base no método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **f. I.R. e C.S.:** O I.R. e a C.S. do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anualmente para I.R. e 9% sobre o lucro tributável para C.S. sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de C.S., limitada anualmente a 30% do lucro real do exercício. A despesa com I.R. e C.S. compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de I.R. e C.S. corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de I.R. e C.S. diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de I.R. e C.S. diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **g. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida. **h. Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada, do crédito de PIS e COFINS e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pelo próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. *Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são* registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. ***(iii) Reposição de ativos:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iv) Depreciação:*** Os métodos de depreciação e as vidas úteis das controladas e coligadas são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas à medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes (em anos):

	Anos
Máquinas e equipamentos-Grupos geradores e sistema de tancagem (Aneel)	30
Máquinas e equipamentos - Outros	10
Instalações industriais	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos eletrônicos	5
Veículos	5
Construções	25

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. **i. Intangível: *Reconhecimento e mensuração:*** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. ***Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. ***Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado. O prazos estimados de amortização do intangível estão entre 5 e 10 anos. **j. Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - valor justo por meio de outros resultados abrangentes-instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR - valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***Ativos financeiros-Avaliação do modelo de negócio:*** O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. ***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros-Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros: *Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento:* Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **k. Capital social:** *Ações ordinárias:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas. **l. Redução ao valor recuperável de ativos-*Impairment: Ativos financeiros não-derivativos:*** O CPC 48 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, o Grupo levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área de atuação dao Grupo. O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ***Ativos não financeiros:*** Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não possuía ativos não financeiros com vida útil indefinida. **m. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **n. Arrendamentos:** O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 e não identificou contratos relevantes aplicáveis a norma. O Grupo optou por não reconhecer ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo que são isentos pela norma. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **o. Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **p. Novas normas e interpretações adotadas:** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo: Definições de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa e bancos	135	4	4.361	3.284
Aplicações financeiras	22.383	6	103.599	37.154
	22.519	10	107.962	40.438

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez. As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 100% do CDI-Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
EPESA:		
Clientes faturados (i)	3.871	5.334
Clientes a faturar (ii)	11.019	10.264
Valores a receber-conta centralizadora	-	629
Mercado de Curto Prazo CCEE (iii)	7.517	44.670
Clientes diversos	64	332
ENORTE:		
Clientes faturados (iv)	112	154
EGÁS:		
Clientes diversos	-	18
	22.583	61.401

O saldo de contas a receber refere-se, substancialmente, à apropriação de receitas relativas aos contratos de disponibilidade de energia elétrica da EPESA e de locação dos grupos geradores da ENORTE. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que é desnecessária a constituição da provisão para perdas esperadas com créditos dado que não há histórico de inadimplência do contas a receber de suas investidas. O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), classificado como receita fixa e, quando da ocorrência de geração de energia, é classificada como receita variável. O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subsequente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subsequente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente. Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente. (i) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração por disponibilidade, que é faturada no mês subsequente, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulação do setor. (ii) Por força da escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 17), a Companhia cedeu à totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a Companhia terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a Companhia cedeu eventual recebível oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do combustível (Nota Explicativa nº 15). (iii) Geração de energia destinada a Reserva de Potência, sendo liquidada a CVU via Mercado de Curto Prazo. Em 2017 as usinas não foram despachadas para Reserva de Potência e sim para necessidade do SIN. Essa geração em 2018 ocorreu a partir de outubro (iv) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de contas a receber no montante de R$ 112 (R$ 154 em 2018) é representado pelo valor a receber referente a locação de transformadores de força a Aggreko.

10 Estoques

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Óleo diesel (i)	12.553	11.963
Lubrificantes	101	222
Peças de reposição e manutenção (ii)	7.110	7.596
Adiantamento a fornecedores de estoques	-	13.665
	19.764	33.446

(i) Aquisição de óleo diesel para geração, a partir de despachos do ONS. (ii) As controladas mantêm em seus estoques peças de reposição que não espera-se utilizar por mais de um exercício e que são necessárias à recolocação em operação das máquinas e equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral. Peças de reposição somente são capitalizadas ao custo do ativo imobilizado quando há aumento da vida útil do bem.

11 Impostos a recuperar

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
PIS e COFINS	-	-	53	53
IRPJ e CSLL a recuperar	2.326	1.692	6.917	6.282
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	1.084	1.088
ICMS ST a ressarcir (i)	-	-	50.858	50.858
Outros	-	-	4.520	1.934
	2.326	1.692	63.432	60.215
Circulante	2.326	1.692	5.006	4.314
Não circulante	-	-	58.426	55.901

(i) Controlada EPESA: Refere-se aos valores do ICMS-Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a EPESA o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco-SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Companhia está classificando no não circulante. Em conformidade com a Lei nº 16.565 de 8 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo de aquisição do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente a alíquota de 7% do fornecimento do óleo diesel deste período. A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de sentenças favoráveis, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

12 Outras contas a receber:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Conta reserva do serviço da dívida (i)	-	-	5.158	8.209
Dividendos a receber (ii)	2.477	1.685	2.477	1.685
Depósitos judiciais	-	-	5.968	5.333
Despesas antecipadas	-	-	1.843	741
Outros (iii)	2.341	2.230	5.809	14.330
	4.818	3.915	19.847	30.298
Circulante	4.599	3.915	9.677	20.230
Não circulante	220	-	11.578	10.067

(i) No consolidado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, a controlada EPESA precisa manter reserva financeira equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora. (ii) O saldo de dividendos a receber corresponde a dividendos declarados da TERMOCABO. (iii) No consolidado, refere-se substancialmente a pagamentos adiantados em 2018 para aquisição de combustível e a diversos fornecedores de peças de reposição e serviços de manutenção da controlada EPESA.

13 Investimentos: a. Composição da conta

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
EBrasil Energia Ltda. ("EBE")	753.742	579.084	-	-
EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")	184.625	195.674	-	-
Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA")	180.348	178.902	-	-
EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	12.184	13.362	-	-
Termocabo S.A. ("Termocabo")	11.834	13.154	11.834	-
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	-	-	842.578	648.882
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	-	-	189.968	183.390
	1.142.733	980.176	1.039.211	830.272

b. Informações sobre as investidas

	EBE [a] 2019	EBE [a] 2018	EGAS [b] 2019	EGAS [b] 2018	EPESA [c] 2019	EPESA [c] 2018	ENORTE [d] 2019	ENORTE [d] 2018	Termocabo [e] 2019	Termocabo [e] 2018	CELSEPAR [f] 2019	CELSEPAR [f] 2018	EPASA [g] 2019	EPASA [g] 2018	Controladora TOTAL [a]+[b]+[c]+[d]+[e] 2019	Controladora TOTAL 2018	Consolidado TOTAL [e]+[f]+[g] 2019	Consolidado TOTAL 2018
	Investidas diretas										Investidas indiretas							
Ativo circulante	756	638	115	12.349	130.430	123.175	4.249	4.384	44.839	54.999	16.186	6.070	294.877	327.084	180.389	195.545	355.902	388.153
Ativo não circulante	844.280	649.986	184.888	183.479	66.092	65.862	8.423	10.336	26.055	26.789	1.668.994	1.290.503	470.864	502.616	1.129.738	936.452	2.165.913	1.819.908
Passivo circulante	35	-	2	13	42.913	54.839	58	37	14.422	23.198	24	6	93.513	152.168	57.430	78.087	107.959	175.372
Passivo não circulante	2.830	2.655	350	340	80.638	89.984	429	737	564	690	-	-	216.232	224.932	84.811	94.406	216.796	225.622
Patrimônio líquido	842.171	647.969	184.651	195.475	215.729	199.086	12.185	13.946	55.908	57.900	1.685.856	1.296.567	455.995	452.600	1.310.644	1.114.376	2.197.759	1.807.067
Resultado do exercício	(6.028)	(23.157)	66.331	82.428	71.379	62.421	(1.551)	(1.748)	13.962	8.362	(11.984)	(38.042)	158.838	197.482	144.093	128.306	160.816	167.802
Outros ajustes no resultado de equivalência	5.223	-	(219)	-	(10.268)	-	583	-	(620)	-	-	-	-	-	(5.301)	-	(620)	-
Percentual de participação:	89,50%	89,50%	99,99%	99,99%	83,60%	83,60%	99,99%	99,99%	24,00%	24,00%	50,00%	50,00%	41,66%	41,66%				
Resultado da equivalência patrimonial ajustada	(5.395)	(20.726)	66.324	82.420	59.673	52.184	(1.551)	(1.748)	3.351	2.007	(5.992)	(19.021)	66.172	82.271	117.101	114.137	58.222	68.035
Saldo do investimento	753.743	579.084	184.625	195.674	180.348	178.902	12.184	13.362	11.834	13.154	842.578	648.284	184.799	183.390	1.142.733	980.176	1.039.211	830.272

c. Movimentação dos investimentos

	EBE [a] 2019	EBE [a] 2018	EGAS [b] 2019	EGAS [b] 2018	EPESA [c] 2019	EPESA [c] 2018	ENORTE [d] 2019	ENORTE [d] 2018	Termocabo [e] 2019	Termocabo [e] 2018	CELSEPAR [f] 2019	CELSEPAR [f] 2018	EPASA [g] 2019	EPASA [g] 2018	Controladora TOTAL [a]+[b]+[c]+[d]+[e] 2019	Controladora TOTAL 2018	Consolidado TOTAL [e]+[f]+[g] 2019	Consolidado TOTAL 2018
	Investidas diretas										Investidas indiretas							
Saldo inicial em 1º. de janeiro	579.084	316.632	195.674	(208)	178.902	156.300	13.362	15.292	13.154	14.737	648.284	342.063	183.390	-	980.176	502.753	830.272	356.800
Aumento de capital	174.822	284.026	-	182.562	-	-	-	-	-	-	195.242	81.311	-	-	174.822	466.588	195.242	81.311
Transferêcias das ações da EPASA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.573	-	-	-	182.573
Transferêcias das ações da CELSE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	243.931	-	-	-	-	-	243.931
Equivalência patrimonial ajustada	(5.395)	(20.726)	66.324	82.420	59.673	52.184	(1.551)	(1.748)	3.351	2.007	(5.992)	(19.021)	66.172	82.271	117.101	114.137	58.222	68.035
Recebimento de dividendos	-	-	(77.147)	(69.319)	(47.959)	(39.541)	(210)	-	(3.258)	-	-	-	(64.763)	(81.454)	(128.574)	(108.860)	(68.021)	(81.454)
Outros ajustes	5.232	(848)	(219)	219	(10.266)	9.959	583	(182)	(1.413)	(3.590)	5.044	-	-	-	(783)	5.558	23.496	(20.924)
	753.743	579.084	184.625	195.674	180.348	178.902	12.184	13.362	11.834	13.154	842.578	648.284	184.799	183.390	1.142.733	980.176	1.039.211	830.272

14 Imobilizado (Consolidado): a. Composição da conta

	Taxas anuais de depreciação (%)	2019 Custo	2019 Depreciação acumulada	2019 Total	2018 Custo	2018 Depreciação acumulada	2018 Total
Máquinas e equipamentos	3,33 e 10	204.086	(93.854)	110.232	204.203	(85.143)	119.059
Construções	4	82.847	(49.176)	33.671	82.834	(45.799)	37.035
Moveis e utensílios	10	2.846	(2.252)	594	2.799	(2.073)	726
Terrenos	-	1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Veiculos	20	1.281	(1.138)	147	1.321	(998)	323
Imobilizado em curso	-	1.842	-	1.842	2.473	-	2.473
Total		293.960	(146.420)	147.544	294.688	(134.013)	160.675

b. Movimentação do custo	Saldo 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2019
Máquinas e equipamentos	204.203	215	(98)	204.086
Construções	82.834	13	-	82.847
Moveis e utensílios	2.799	50	(3)	2.846
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veiculos	1.321	-	(40)	1.281
Obras em andamento	2.473	-	(631)	1.842
	294.688	278	(772)	293.960
	Saldo 31/12/2017	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2018**
Máquinas e equipamentos	203.985	21	-	204.202
Construções	82.826	8	-	82.834
Moveis e utensílios	2.753	46	-	2.796
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veiculos	11.541	55	(20.275)	2.932
Obras em andamento	3.595	-	(1.122)	2.609
	305.758	327	(11.397)	294.688

c. Movimentação da depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Máquinas e equipamentos	(85.145)	(8.709)	-	(93.854)
Construções	(45.799)	(3.377)	-	(49.176)
Moveis e utensílios	(2.071)	(181)	-	(2.252)
Veículos	(996)	(142)	-	(1.138)
	(134.012)	(12.409)	-	(146.420)
	Saldo em 31/12/2017	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2018**
Máquinas e equipamentos	(74.779)	(10.365)	-	(85.145)
Construções	(40.835)	(4.964)	-	(45.799)
Moveis e utensílios	(1.814)	(257)	-	(2.071)
Veículos	(2.225)	(382)	1.611	(998)
	(119.653)	(15.969)	1.611	(134.013)

Depreciação e amortização das controladas: Foram apropriados ao resultado consolidado do exercício, despesas com depreciação e amortização no montante de R$ 12.409 em 2019 (R$ 14.358 em 2018). ***Garantias das controladas:*** Os equipamentos, adquiridos desde o início das usinas, e o terreno das usinas da EPESA estão servindo como garantia de debêntures que financiou suas construções. ***Recuperação do valor residual dos ativos da controlada EPESA:*** Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31 de dezembro de 2023), as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências, considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, auto geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza etc. Com base em sua melhor estimativa, a Companhia realizou análise de imparidade do seu ativo imobilizado e ativo diferido (Notas Explicativas 10 e 11), com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual reflete o custo médio de oportunidade da Companhia (14,15% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. ***Recuperação do valor residual dos ativos ENORTE:*** Alternativas para a recuperação do valor residual da ENORTE são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, autogeração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza.

15 Fornecedores

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Areva (i)	-	-	7.574	7.571
Transmissoras (ii)	-	-	346	192
BR Distribuidora (iii)	-	-	-	1.928
Twenty Six Trading (iv)	-	-	81	477
HDI Global Seguros	-	-	390	441
Outros	20	27	666	843
Total	20	27	9.057	11.452

(i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Companhia ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 23. Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador. (ii) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("CUST"). (iii) Refere-se a aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS adquiridos à vista, aproveitando-se de descontos financeiros. (iv) Refere-se a aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA.

16 Empréstimos e financiamentos: a. Composição

	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Banco Safra	6.058	30.707
Banco Santander	-	25.466
Banco ABC	-	20.118
Total	6.058	76.291

b. Modalidades e condições de negociação:

Modalidade	Custo captação	Vencimento	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Banco Safra	3,43% a.a.	jun/18	6.058	30.707
Banco Santander-capital de giro	2,85% a.a	fev/19	-	10.056
Banco Santander	2,65% a.a.	abr/19	-	15.410
Banco ABC-capital de giro	2,85% a.a	fev/19	-	20.118
			6.058	76.291

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado 2019	Controladora e Consolidado 2018
Saldo inicial	76.291	30.026
Captações	-	90.000
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	2.918	2.945
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	(70.226)	(45.017)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	(2.926)	(1.663)
Saldo final	6.058	76.291

17 Debêntures

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Principal	250.000	50.000	307.000	120.154
Juros	569	1.840	1.024	2.399
	250.569	51.840	308.024	122.553
Circulante	56.124	11.840	69.733	25.553
Não circulante	194.444	40.000	238.291	97.000

a. Controladora: *Emissão e encargos:* Em 31 de janeiro de 2018 a controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$ 60.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 2,10% a.a. **d. Consolidado: *Emissão e encargos:*** Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a. ***Não circulante:*** As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2019	2018
2020	-	33.154
2021	69.103	13.154
2022	68.552	13.154
2023	68.552	13.154
2024	32.084	24.384
Total	238.291	97.000

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

05/08/2022

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

CONTINUAÇÃO **ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL** CNPJ Nº 10.538.273/0001-48

A movimentação das debêntures está demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	51.840	-	122.553	83.940
Captações	250.000	60.000	250.000	60.000
Juros incorridos sobre debêntures	7.642	4.909	13.694	12.318
Pagamento de principal sobre debêntures	(50.000)	(10.000)	(63.154)	(23.154)
Pagamento de juros sobre debêntures	(8.913)	(3.069)	(15.069)	(10.551)
	250.569	51.840	308.024	122.553

Garantias: A EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias: • Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida; • Alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia; • Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia; • Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos originalmente na implantação das usinas; • Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas; • Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contatos de comercialização CCEAR; e • Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível. Em relação a 2ª emissão de debêntures realizada pela Ebrasil foram consideradas estas as principais garantias: • Alienação fiduciária da totalidade das ações da Ebrasil Gás e Energia detidas pela emissora; • Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de sua titularidade decorrente da distribuição de dividendos da EPASA,, considerando que a Ebrasil Gás e Energia deve possuir pelo menos 41,66% do capital social; e • Direito creditório referente ao contrato de conta vinculada junto ao Banco Bradesco S.A. *Cláusulas restritivas:* As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis da EPESA que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Companhia são como seguem: • Não alterar sem anuência o objeto social, o controle acionário, emitir novas ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda. • Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x. • Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais. • Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc. • Não ter títulos protestados acima de R$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A). • Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado. • Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas. • Não alienar ativos acima de R$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A). A Administração da controlada EPESA está cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida, inclusive tendo havido o cumprimento do limite mínimo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, com a apuração de 3,26x, maior que 1,3x. As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da segunda emissão privada de debêntures não conversíveis da EBRASIL que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Companhia são como seguem: • Inadimplemento de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias referente as debêntures; • Liquidação, dissolução, intervenção ou extinção e/ou qualquer outro evento que caracterize o estado de insolvência da Companhia; • Decretação de falência da Companhia, das garantidoras pessoas jurídicas ou de qualquer controlada; pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial formulado pela Companhia; e • Utilização dos recursos captados com a Emissão para outro propósito.

18 Impostos correntes e obrigações tributárias	Consolidado	
	2019	2018
PIS/COFINS e ISS sobre receita	868	2.492
Retenções de terceiros	112	114
IRPJ e CSLL a recolher	5.129	3.280
IRRF a recolher	4	10
Outros	8	18
Total	6.121	5.915

19 Taxas regulamentares	Consolidado	
	2019	2018
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	91	241
Ministério de Minas e Energia -MME	44	120
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	21.379	19.787
	21.514	20.148
Circulante	11.706	10.910
Não circulante	9.808	9.239

Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a Companhia possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios abaixo definidos pela ANEEL: • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNCDT); • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; • 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia-MME. O saldo em aberto, atualizado mensalmente por juros SELIC, refere-se aos recursos que aguardam liberação de projetos em fase de prospecção. Maiores detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.ebrasilenergia.com.br.

20 Outras contas a pagar	Consolidado	
	2019	2018
Obrigações trabalhistas e sociais	949	1.152
Encargos de transmissão	1.387	1.143
Outros (i)	191	10.631
Total	2.527	12.926

(i) Refere-se substancialmente a dividendos declarados e não pagos da controlada EPESA. **21 Provisão para contingência:** ***EPESA: Obrigações contratuais-Regulatórias:*** Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008, o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam de operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram de ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis. A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente. Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes. Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos), conforme regulamento do setor, além das outras ordinárias à falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE. De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia visando a extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, refez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011, com um risco máximo de R$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R$ 165/MWh. Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Companhia utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R$ 3.476, perfazendo uma provisão total de R$ 6.911. A EPESA passou a comprar energia no mercado a partir de 2013. Em 28 de janeiro de 2014 a ANEEL revogou a cláusula 14 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), que determinava penalidades por falta de lastro para venda. Além disso, o prazo de 60 meses de compra do lastro findou em janeiro de 2018. Deste modo, a Administração decidiu por reverter no exercício de 2018 a provisão constituída. *Cíveis:* A Companhia é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Considerando a sentença e acórdão já proferidos nos processos temos o que segue: Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Companhia, totalizando R$ 7.580 (Nota Explicativa nº 16), que foram sustados sob a alegação de que: (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Companhia ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo foi julgado totalmente procedente pelo juízo de primeiro grau, tendo o Tribunal em sede de Recurso de Apelação mantido a sustação dos Protestos. A Companhia, em função da discussão travada no conjunto processual acima, iniciou tais trâmites com citado processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R$ 34.000, por perdas causadas à Companhia pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Companhia incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor. Cumpre destacar que esta matéria foi vencida pela Companhia em 2 (duas) instâncias, porquanto a sua expectativa de perda é classificada como "remota", pelos mesmos consultores. Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto. o recurso de apelação foi devidamente julgado em 31/10/2019 dando parcial provimento ao apelo, mantendo a sustação dos protestos por indevidos e afastando a condenação em danos materiais. 29/01/2020-protocolo de embargos de declaração de prequestionamento. 05/02/2020-publicação de intimação para apresentação de contrarrazões aos embargos. O risco máximo desse processo em andamento é de Cautelar de Sustação de Protesto de R$ 15.390 e Ação Ordinária de R$ 83.607, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos. *Trabalhistas:* A Companhia é parte passiva em 47 processos trabalhistas, que, segundo seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda é Provável. Dessa forma, a Companhia mantém provisão para contingência no montante de R$ 619. ***ENORTE: Causas de perdas prováveis:*** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Empresa possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R$ 429.

22 Impostos diferidos	Consolidado	
	2019	2018
IRPJ e CSLL diferidos (i)	26.201	19.488
Total	26.201	19.488

(i) Desde 2013 a controlada EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos Grupos Geradores entre o que está sendo contabilizada, com base na sua vida útil estimada, de 3,33% a.a. e a taxa permitida pela legislação do I.R. de 10% a.a. Esse fato tem provocado anualmente uma exclusão temporária desde 2013, com efeito retroativo ao ano-base de 2009, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, consequentemente refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, no montante de R$ 26.201 em 2019 (R$ 19.488 em 2018) no passivo não circulante, que serão revertidos depois de completar o prazo de 10 anos de vida útil desses equipamentos. **23 Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o capital social subscrito e integralizado era representado por 120.590.172 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real), pertencentes à DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia"). **a. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos ao art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, foi adicionado à reserva o valor de R$ 5.549, perfazendo um total de R$ 23.046. **b. Dividendos:** Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituídas a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Em 2019, a Companhia pagou dividendos apurados no exercício de 2019 no valor de R$ 44.839 (R$ 102.845 em 2018), que inclui os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R$ 25.469 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2019 (R$ 26.360 em 2018), a ser referendada na AGO de aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2019, vide quadro abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido	102.948	110.988
(-) Constituição da reserva legal	(1.072)	(5.550)
(=) Lucro a distribuir	101.876	105.438
(x) Percentual do dividendo mínimo obrigatório	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	25.469	26.360
(+) Dividendos intercalares	19.370	76.486
(=) Total dos dividendos do ano	**44.839**	**102.845**

Em função da proposição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício de 2019, restou um saldo a distribuir no valor de R$ 57.037 (R$ 2.593 em 2018) que fica mantido na conta de Reservas de Retenção de Lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento. **24 Partes relacionadas:** Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos e foram feitos em condições definidas entre as partes.

2019	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
EBRASIL Energia Ltda	953	-	1.702	-	1.037
Vigus Engenharia Ltda	192	-	-	-	-
Suape Ambiental	21	-	-	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	-	-	163
EBRASIL Gás e Energia Ltda	345	199	(283)	199	350
Total	1.510	199	1.419	199	1.550

2018	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
EBRASIL Energia Ltda	953	-	1.702	-	1.841
Ebrasil Norte Geraçao de Energia	308	-	-	-	-
Vigus Engenharia Ltda	184	-	-	-	-
Suape Mineração	21	-	-	-	-
DC Energia e Participações S.A.	-	308	-	308	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	-	-	163
EBRASIL Gás e Energia Ltda	343	199	206	199	(3)
Total	1.810	507	1.908	507	2.002

25 Receita operacional líquida	Consolidado	
	2019	2018
Receita de aluguel e prestação de serviços	992	922
Receita de disponibilidade e geração de energia	185.672	205.749
PIS, COFINS e ISS sobre o faturamento	(17.267)	(19.117)
P&D-Pesquisa e Desenvolvimento	(1.669)	(1.849)
	167.728	185.705

EPESA: A Companhia reconheceu receitas variáveis a menor em relação a 2018, uma vez que houve menor despachos pelo ONS durante praticamente todos os meses do ano. A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS. Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 16). ***ENORTE:*** A receita da controlada ENORTE corresponde a locação de equipamentos.

26 Custos dos serviços prestados	Consolidado	
	2019	2018
Óleo diesel (i)	(26.771)	(52.244)
CUST	(15.000)	(14.244)
Depreciação	(12.409)	(15.352)
Amortização do diferido	(971)	(2.331)
Recomposição do sistema	(1)	-
Mão de obra direta	(5.946)	(7.107)
Serviços e outros	(4.769)	(8.209)
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE	(1.320)	(1.140)
Total de custos dos serviços prestados	**(66.835)**	**(100.627)**

EPESA: (i) Óleo diesel adquirido para geração de energia de acordo com despachos do O N S, sendo o principal fator para redução a redução do despacho médio que foi de 1,68% em 2019 (3,38% em 2018), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia.

27 Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Serviços contratados	(1.596)	(1.848)	(6.205)	(7.132)
Pessoal administrativo	-	-	(6.039)	(4.743)
Impostos e taxas	-	-	(714)	(617)
Depreciação	-	-	(484)	(648)
Telefonia e serviços de apoio	-	-	(50)	(73)
Outros	(289)	(549)	(3.838)	2.904
	(1.885)	(2.397)	(17.330)	(10.309)

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Consolidado	
	2019	2018
Custo desativação de imobilizado (i)	182	1.876
Outros	1	3
	183	1.879

(i) Custo de desativação do imobilizado da ENORTE na venda de equipamentos;

29 Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	38	57
Juros sobre aplicações financeiras	1.790	338	5.003	2.268
Juros e rendimentos	-	3.776	893	4.247
	1.790	4.114	5.934	6.572
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	-	-	(6.052)	(7.409)
Juros e IOF sobre empréstimos	-	-	(66)	(17)
Juros e multas pagos a fornecedores	(14.058)	(11.741)	(15.572)	(12.990)
	(14.058)	(11.741)	(21.690)	(20.416)
	(12.268)	(7.627)	(15.759)	(13.844)

30 Instrumentos financeiros: EBRASIL: A EBRASIL revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa**-são classificados como de liquidez imediata e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras. **Empréstimos**-o principal propósito deste instrumento é gerar recursos para investimento em controlada indireta. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. **EPESA:** A EPESA revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa**-são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras; **Contas a receber de clientes**-decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; **Fornecedores**-decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao custo amortizado. **Debêntures não conversíveis**-são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

		2019		2018	
	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao valor justo	85.387	85.387	27.998	27.998
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	22.471	22.471	61.229	61.229
Conta reserva serviço da dívida	Mensurado ao custo amortizado	5.158	5.158	8.209	8.209
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	8.984	8.984	11.422	11.422
Empréstimos bancários	Mensurado ao custo amortizado	-	-	-	-
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	44.808	44.808	70.713	70.713

A Administração da controlada EPESA não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. **ENORTE:** A ENORTE revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa**-são classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo; **Contas a receber**-Decorrem diretamente das operações da Empresa, são classificadas instrumentos financeiros mensurads ao custo amortizado , sujeitos à provisão para perdas , quando aplicável. **Fornecedores**-Decorrem diretamente das operações da Empresa e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao custo amortizado. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

		2019		2018	
	Categoria	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurados ao valor justo	28.994	28.994	111	111
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	112.316	112.316	154	154
Fornecedores	Mensurados ao valor justo	20	20	2	2

A Administração da controlada ENORTE não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. **31 Gerenciamento de riscos:** A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Companhia é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoelétrica, reguladas pela ANEEL. A Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da Companhia e suas controladas que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: **Risco de liquidez**-Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Companhia possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures EPESA	44.808	7.485	6.577	13.154	17.592	-
Debêntures EBRASIL	250.569	14.125	14.125	111.347	110.972	-
	295.377	21.610	20.702	124.501	128.564	-

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta Reserva do serviço da dívida da controlada EPESA, no valor de R$ 5.158 (R$ 8.209 em 2018) é mantido como garantia para amortização de três parcelas consecutivas (principal e juros) do saldo em aberto das debêntures (Nota Explicativa nº 11). **Risco taxa de juros**-Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e suas controladas é:

	2019	
	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	250.569	308.024
Juros besicamente pós-fixados	-	-
Sanco Safra	6.058	6.058

Risco de taxa de câmbio-A Companhia e suas controladas não possuem operação envolvendo instrumento financeiro. **Risco de crédito**-O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R$ 22.583 (R$ 61.401 em 2018). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público. **Risco de aceleração de dívidas**-A Companhia e sua controlada EPESA possuem debêntures contendo cláusulas restritivas (*"covenants"*), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Companhia e suas controladas e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações. **Risco de gerenciamento de capital**-A política da Companhia e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional. **Risco matéria prima**-É o risco de a EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Companhia gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora. **32 Eventos subsequentes:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa e de seus investimentos, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração devido ao tipo de negócio dos seus investimentos entende que não existem impactos nas demonstrações financeiras.

Diretoria: Dionon Lustosa Cantareli Junior - Diretor Presidente; Carlos Wilson S. Ribeiro - Diretor Financeiro; Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima - Diretora de Controladoria; Richard Kehrer Kovacs - Diretor de Novos Negócios e Planejamento
Contadora: Mayara Peixoto Quintino Martorelli - Contadora - CRCPE 021.099/O-5

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Eletricidade do Brasil S.A.-EBRASIL Recife-PE: Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletricidade do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 apresenta na rubrica Impostos a recuperar, no ativo não circulante, o montante de R$ 50.858 mil (R$ 50.858 mil em 2018) referente a recebível oriundo de diferimento de ICMS substituição tributária do Estado de Pernambuco sobre compra de óleo diesel a ser repassado por um fornecedor à controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.-EPESA, mensurado ao custo da transação. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, esse recebível se caracteriza como um instrumento financeiro que, pelo fato de os fluxos de caixa decorrentes do recebimento deste recebível não atender à definição de representarem exclusivamente principal e juros, deveria ser mensurado ao seu valor justo. Se o valor justo tivesse sido mensurado, certos elementos das demonstrações financeiras consolidadas, bem como o valor do investimento e o resultado da equivalência patrimonial do exercício nas demonstrações financeiras individuais, poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras indiiduais e consolidadas do exercício corrente e valores correspondentes não foram determinados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 30 de março de 2020.
KPMG Auditores Independentes-CRC PE-000904/F-7.
Raniery Borges Marques-Contador CRC 1SP217700/O-3

Plataformas digitais são alternativa

Em meio à crise gerada pela pandemia, construtoras investem na presença digital para manter o contato com o consumidor final

PATRÍCIA MONTEIRO
ESPECIAL PARA O DIARIO
patricia.monteiro@diariodepernambuco.com.br

Com o decreto pela paralisação das obras do setor imobiliário no estado, em virtude da pandemia da Covid-19, apenas as obras públicas mantêm-se em atividade. Por isso, as empresas intensificaram algumas ações para minorar os impactos financeiros advindos deste cenário, a exemplo da fortificação das suas Plataformas Digitais (PDs) de comércio, além de lançamentos e vendas online. O objetivo, agora, é fazer e facilitar negócios, além de se preparar para o futuro ainda incerto.

O presidente da Ademi, Gildo Vilaça, afirma que as plataformas digitais, cedo ou tarde, deixariam para trás quem não a abarcasse. "Com esta pandemia, a questão só se solidificou. Nesse momento, todos estão com o telefone na mão o dia inteiro", afirma, complementando que a utilização das PDs chegou com mais força ao estado há cerca de quatro anos.

O presidente do Sinduscon, Érico Furtado, compartilha da opinião. "O setor já utilizava as plataformas digitais com mais uma ferramenta de negócios. Com o advento do isolamento social, entretanto, as PD passaram a ser o elo de ligações", revela, complementando que aproximadamente 50% das construtoras que não utilizavam as PDs passaram a fazê-lo. "Vejo por nossas reuniões, agora por vídeoconferência, com adesões maciças", exemplifica. Furtado acredita, ainda, que Pernambuco está adiantado quanto a este assunto. "Todo o serviço cartorário na Região Metropolitana do Recife está funcionando de forma remota. É um exemplo para o Brasil", conclui.

A MRV é uma das empresas que passou a apostar neste modelo digital. A empresa manteve o lançamento de dois empreendimentos, um em Jaboatão dos Guararapes e outro em Paulista, visando acelerar a expansão da atuação de sua plataforma digital. Lançada em janeiro, a ferramenta só havia sido disponibilizada, até então, para clientes de Belo Horizonte. Agora, já está disponível para quem quiser comprar as unidades habitacionais em mais de 160 cidades do país, sem sair de casa.

GABRIEL MELO / ESP. DP

Com o isolamento social, até os lançamentos estão sendo realizados pela internet

Aproximadamente 50% das construtoras que não utilizavam as plataformas digitais passaram a fazê-lo

De acordo com o diretor executivo comercial da companhia, Eduardo Barretto, a expansão da atuação da plataforma foi antecipada. "Com isso, consumidores dos 22 estados em que temos atuação, além do Distrito Federal, poderão realizar a compra de um apartamento remotamente. Desde a escolha do condomínio e da unidade, passando pela simulação e envio da documentação para análise de crédito, negociação da proposta e assinatura do contrato digital", conta o executivo.

A Moura Dubeux, por sua vez, afirma que já utilizava fortemente as plataformas digitais por ser uma grande oportunidade de negócios, independentemente do cenário atual. O que houve, em virtude da disseminação da pandemia e suas consequências, foi a concentração neste foco. "Não aumentamos ainda o investimento, pois já tínhamos um bom e também porque precisamos ver qual será a temperatura das demandas", explica a gerente de marketing e vendas da Moura Dubeux, Eduarda Dubeux,.

A construtora possui uma estrutura de atendimento online central que atende todas as praças. "Lá, o consultor faz um atendimento prévio e passa para o corretor, e esse corretor que fechava a venda, antes fisicamente (na obra ou em algum encontro físico). Agora, ele está fazendo o atendimento on-line", conta. O grupo afirma que ainda não consegue mensurar o impacto da crise. "Estamos focando nossos esforços de divulgação vendas para plataformas online", afirma.

CURTAS

CONTAS

R$ 224,6 bi em medidas anticrise

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou ontem que as medidas anticrise anunciadas pelo governo até agora têm impacto de R$ 224,6 bilhões para as contas públicas. O maior impacto é o auxílio financeiro de R$ 600 para os informais, que vai demandar recursos de R$ 98,2 bilhões.

CÂMBIO

Dólar fecha com novo recorde

O dólar voltou a subir e a bater recorde. A bolsa de valores recuperou-se da queda dos últimos dias e voltou a fechar em alta. O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,266, com alta de R$ 0,005 (+0,09%), atingindo a maior cotação nominal desde a criação do Plano Real.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

05/08/2022

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

DÓLAR		EURO	BOLSAS		POUPANÇA		CDB	SELIC	INFLAÇÃO	
Comercial, venda (em R$)	últimas cotações (em R$)	Turismo, venda (em R$)	(em %)		Taxa (%)				IPCA do IBGE (em %)	
4,608 (-1,27%)	01/abril: 4,667	5,235 (-1,89%)	IBOVESPA -0,24%	DOW JONES 103,61%	ANTIGA 0,5558	NOVA 0,5558	Prefixado, 30 dias (em % ao ano) 12,60	Em % ao ano 11,75	Fevereiro/2022:	1,01
	31/março: 4,761								Janeiro/2022:	0,54
	30/março: 4,787								Dezembro/2021:	0,73
									Novembro/2021:	0,95

Pires desiste de presidir a Petrobras

Desistência ocorreu após pedido de investigação por conflito de interesse em comandar a petrolífera e ter um filho em empresa concorrente

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Pires atua como consultor no mercado de energia e gás

Conflitos de interesse barraram o economista Adriano Pires de assumir o comando da Petrobras. Em carta enviada ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ontem, Pires afirmou que não poderia aceitar o cargo por não ter com o conciliar a presidência da Petrobras com o trabalho de consultor.

"Ficou claro para mim que não poderia conciliar meu trabalho de consultor com o exercício da Presidência da Petrobras. Iniciei imediatamente os procedimentos para me desligar do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), consultoria que fundei há mais de 20 anos e hoje dirijo em sociedade com meu filho. Ao longo do processo, porém, percebi que infelizmente não tenho condições de fazê-lo em tão pouco tempo", escreveu. O filho dele é Pedro Rodrigues Pires.

Pires desistiu do convite após indícios de que ele não passaria no crivo de governança da estatal. Havia também um esforço conjunto do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União (TCU) para impedir que o economista assumisse o cargo. A ideia era de que o especialista fosse investigado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Comissão de Ética da Petrobras sobre vida pregressa no setor privado.

Bento Albuquerque respondeu ao economista dizendo que compreendia os motivos explicitados por Pires. Antes de enviar a carta, o economista avisou a interlocutores de Bolsonaro que estaria desistindo da indicação. O chefe do Executivo tentou demover Pires da ideia.

O nome secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, é um dos mais cotados para assumir a presidência da Petrobras. **(Da Redação com o Correio Braziliense)**

QUEDA

Indústria entra na "imobilidade"

Dados dos Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontam que emprego e faturamento no Brasil caíram entre janeiro e fevereiro. O recuo representa uma interrupção da tendência de alta observada nos três meses anteriores. O único dado a ter crescimento foi o de horas trabalhadas, com 1,4%.

Em relação ao mesmo período de 2021, o faturamento teve queda de 5%. No trimestre anterior, a alta acumulada havia sido de 5,7%. Porém, os níveis de emprego subiram 2,9%.

A massa salarial da indústria de transformação ficou estável em fevereiro, quebrando a sequência de três elevações consecutivas. Frente ao ano passado, subiu 3,1%, ao passo que o rendimento médio real foi reduzido em 0,1%.

Segundo o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, o comportamento dos índices pode significar uma "imobilidade preocupante" para a atividade econômica, e a reforma tributária pode ser a solução. Para reverter o quadro, o economista aponta a necessidade de ser fazer a a reforma tributária. **(CB)**

ebrasil

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL - CNPJ nº 10.538.273/0001-48

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2021	2020	2021	2020
Circulante		33.773	72.149	328.981	220.694
Caixa e equivalentes de caixa	8	12.042	63.213	194.879	142.186
Contas a receber de clientes	9	-	-	67.973	36.040
Estoques	10	-	-	49.090	20.575
Impostos correntes	30	229	229	1.670	7.765
Impostos a recuperar	11	1.458	2.314	2.747	4.058
Outras contas a receber	12	20.044	6.393	12.622	10.070
Não circulante		1.078.247	1.088.626	922.954	1.046.507
Outras contas a receber	12	2.539	1.348	18.884	13.786
Impostos a recuperar	11	-	-	3.317	-
Tributs fiscais diferidos	22	-	-	3.149	3.149
Partes relacionadas - mútuos a receber	24	89.745	1.636	20.576	20.420
Investimentos	13	985.963	1.085.642	734.371	871.271
Imobilizado	14	-	-	142.648	137.863
Intangível		-	-	9	18
Total do ativo		1.112.020	1.160.775	1.251.935	1.267.201

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	2021	2020
Circulante		304.771	185.810	298.498	108.691
Fornecedores	15	51	123	35.541	9.719
Empréstimos e financ	16	172.294	-	172.294	-
Debêntures	17	56.624	56.230	70.027	69.383
Impostos e obrigações tributárias	18		-	1.234	1.336
Impostos correntes	30	642	20	529	3.076
Obrigações estimadas		-	-	4	3
Taxas regulamentares	19	-	-	12.873	12.590
Partes relacionadas - mútuos a pagar	24	74.273	120.468	199	200
Dividendos a pagar		887	887	887	1.554
Instrumentos financeiros - derivativos	30	-	8.082	-	8.082
Outras contas a pag.	20	-	-	4.910	2.748
Não circulante		82.940	138.495	133.318	210.833
Debêntures	17	82.940	138.495	100.478	168.091
Partes relacionadas - mútuos a pagar	24	-	-	2.234	2.077
Prov. p/ contingência	21	-	-	1.135	1.135
Taxas regulamentares	19	-	-	-	10.089
Impostos diferidos	22	-	-	29.471	29.441
Patrimônio líquido	23	724.309	836.470	820.119	947.677
Capital social		506.078	120.590	506.078	120.590
Adiant. p/ futuro aumento de capital		-	385.488	-	385.488
Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
Reserva de lucros		135.719	247.880	135.719	247.880
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		724.309	836.470	724.309	836.470
Participação de não controladores				95.810	111.207
Total do passivo e patrimônio líquido		1.112.020	1.160.775	1.251.935	1.267.201

Demonstrações dos resultados		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	25	-	-	891.560	631.674
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(811.909)	(524.331)
Lucro bruto		-	-	79.651	107.343
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	27	(3.861)	(1.436)	(27.818)	(23.432)
Outros receitas	28	-	-	515	26
Resultado operac. antes do result. financ.		(3.861)	(1.436)	52.348	83.937
Receitas financeiras	29	32.938	5.500	38.262	11.221
Despesas financeiras	29	(42.466)	(14.491)	(52.626)	(20.393)
Despesas financeiras líquidas	29	(9.528)	(8.991)	(14.364)	(9.172)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		(13.389)	(10.427)	37.984	74.765
Resultado de equivalência patrimonial	13	(56.751)	(52.571)	(111.866)	(135.071)
Prejuízo antes do IR e CS		(70.140)	(62.998)	(73.882)	(60.306)
IR e CS/ Correntes	30	-	-	(16.550)	(24.776)
Diferidos	30	-	-	(52)	(3.239)
Incentivo fiscal Sudene	30	-	-	9.482	13.801
Prejuízo do exercício		(70.140)	(62.998)	(81.002)	(74.520)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(70.140)	(62.998)	(70.140)	(62.998)
Acionistas não controladores		-	-	(10.862)	(11.522)
Resultado do exercício		(70.140)	(62.998)	(81.002)	(74.520)

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(70.140)	(62.998)	(81.002)	(74.520)
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	-	87
Equivalência patrimonial	56.751	52.571	111.866	135.071
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	-	40
Participação de não controladores	-	-	(4.535)	(1.110)
Depreciação e amortização	-	-	31.579	9.917
Impostos correntes	-	-	7.000	10.975
Impostos diferidos	-	-	30	3.239
Baixa por não realização de impostos a recuperar	-	-	-	50.858
Ganho (perdas) c/ instr. financs derivativos	(8.082)	(2.318)	(8.082)	(2.318)
Juros a receber de mútuo c/ partes relacs	(5.391)	-	-	-
Juros provisionados de mútuo c/ partes relacs	1.263	1.257	-	(247)
Juros provisionados empréstimos	12.208	832	12.208	832
Juros provisionados debêntures	10.008	9.914	13.511	14.646
	(3.383)	(742)	82.575	147.470
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(31.933)	(13.457)
Impostos a recuperar	856	(217)	4.089	(2.397)
Estoques	-	-	(28.515)	(811)
Outros ativos	(14.842)	(3.973)	(7.650)	(9.370)
Fornecedores	(72)	103	25.822	662
Impostos e contribuições, líquido	622	408	(109)	(2.167)
Outros passivos	-	-	(8.310)	2.035
Caixa (aplicado nas) originado das atividades operacionais	(16.819)	(4.421)	35.969	121.985
Juros de empréstimos bancários pagos	(361)	(95)	(361)	(95)
Juros de debêntures pagos	(9.613)	(10.202)	(12.866)	(15.390)
Impostos pagos	-	(403)	(9.540)	(10.517)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	(26.793)	(15.121)	13.202	95.963
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Mútuos concedidos a partes relacionadas	(144.118)	(124)	-	(18.383)
Recebimento de mútuos de partes relacs	61.400	-	-	-
Aumento de capital em investidas	(196)	(12.523)	-	(1.400)
Dividendos recebidos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	43.124	92.166	25.034	41.038
Aquisições de imobilizado	-	-	(36.355)	(260)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades de invests	(39.790)	79.519	(11.321)	20.995
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recurso proveniente de derivativos	-	10.400	-	10.400
Amortização do valor principal - debêntures	(55.556)	(55.556)	(67.614)	(69.806)
Captação de empréstimos via mútuo com partes relacionadas	-	115.265	-	157
Amortização do principal de empréstimos - mútuo com partes relacionadas	(47.458)	(70.329)	-	-
Captação de empréstimos	200.000	-	200.000	-
Amortização do principal dos empréstimos bancários	(39.553)	(6.795)	(39.553)	(6.795)
Pagamento de dividendos a acionistas	(42.021)	(16.689)	(42.021)	(16.690)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades de financiamento	15.412	(23.704)	50.812	(82.734)
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(51.171)	40.694	52.693	34.224
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	63.213	22.519	142.186	107.962
Caixa e equivs de caixa em 31 de dezembro	12.042	63.213	194.879	142.186
(Redução) Aumento em cxa e equivs de cxa	(51.171)	40.694	52.693	34.224

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Prejuízo líquido do exercício	(70.140)	(62.998)	(81.002)	(74.520)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(70.140)	(62.998)	(81.002)	(74.520)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(70.140)	(62.998)	(70.140)	(62.998)
Acionistas não controladores	-	-	(10.862)	(11.522)
Resultado abrangente total	(70.140)	(62.998)	(81.002)	(74.520)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

		Atribuível aos acionistas controladores								
					Reserva de lucros					
	Nota	Capital social	Adianlamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrim. líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		120.590	385.488	82.512	24.118	303.450	-	916.158	123.839	1.039.997
Efeito de ajuste no resultado dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(1.110)	(1.110)
Dividendos pagos	23	-	-	-	-	(16.690)	-	(16.690)	-	(16.690)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(62.998)	(62.998)	(11.522)	(74.520)
Absorção do prejuízo do exercício com saldo de reservas de lucros		-	-	-	-	(62.998)	62.998	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		120.590	385.488	82.512	24.118	223.762	-	836.470	111.207	947.677
Efeito de ajuste no resultado dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(4.535)	(4.535)
Aumento do capital social	23	385.488	(385.488)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	23	-	-	-	-	(42.021)	-	(42.021)	-	(42.021)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(70.140)	(70.140)	(10.862)	(81.002)
Absorção do prejuízo do exercício com saldo de reservas de lucros		-	-	-	-	(70.140)	70.140	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		506.078	-	82.512	24.118	111.801	-	724.309	95.810	820.119

Diretoria: **Dionon Lustosa Cantareli Junior** - Diretor Presidente; **Carlos Wilson S. Ribeiro** - Diretor Financeiro; **Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima** - Diretora de Controladoria; **Richard Kehrer Kovacs** - Diretor de Novos Negócios e Planejamento. **Mayara Peixoto Quintino Martorelli** - Contadora CRCPE 021.099/O-5

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4awjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=biVYHKotZXwAGXcki4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

05/08/2022

JUCEPE

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

ebrasil
Eletricidade do Brasil

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

CNPJ nº 10.538.273/0001-48

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2021	2020	2021	2020
Circulante		**33.773**	**72.149**	**328.981**	**220.694**
Caixa e equivalentes de caixa	8	12.042	63.213	194.879	142.186
Contas a receber de clientes	9	-	-	67.973	36.040
Estoques	10	-	-	49.090	20.575
Impostos correntes	30	229	229	1.670	7.765
Impostos a recuperar	11	1.458	2.314	2.747	4.058
Outras contas a receber	12	20.044	6.393	12.622	10.070
Não circulante		**1.078.247**	**1.088.626**	**922.954**	**1.046.507**
Outras contas a receber	12	2.539	1.348	18.884	13.786
Impostos a recuperar	11	-	-	3.317	-
Tributs fiscais diferidos	22	-	-	3.149	3.149
Partes relacionadas - mútuos a receber	24	89.745	1.636	20.576	20.420
Investimentos	13	985.963	1.085.642	734.371	871.271
Imobilizado	14	-	-	142.648	137.863
Intangível		-	-	9	18
Total do ativo		**1.112.020**	**1.160.775**	**1.251.935**	**1.267.201**

Balanços patrimoniais		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	2021	2020
Circulante		**304.771**	**185.810**	**298.498**	**108.691**
Fornecedores	15	51	123	35.541	9.719
Empréstś e financs	16	172.294	-	172.294	-
Debêntures	17	56.624	56.230	70.027	69.383
Impostos e obrigações tributárias	18		-	1.234	1.336
Impostos correntes	30	642	20	529	3.076
Obrigações estimadas		-	-	4	3
Taxas regulamentares	19	-	-	12.873	12.590
Partes relacionadas - mútuos a pagar	24	74.273	120.468	199	200
Dividendos a pagar		887	887	887	1.554
Instrumentos financeiros - derivativos	30	-	8.082	-	8.082
Outras contas a pag.	20	-	-	4.910	2.748
Não circulante		**82.940**	**138.495**	**133.318**	**210.833**
Debêntures	17	82.940	138.495	100.478	168.091
Partes relacionadas - mútuos a pagar	24	-	-	2.234	2.077
Prov. p/ contingência	21	-	-	1.135	1.135
Taxas regulamentares	19	-	-	-	10.089
Impostos diferidos	22	-	-	29.471	29.441
Patrimônio líquido	23	**724.309**	**836.470**	**820.119**	**947.677**
Capital social		506.078	120.590	506.078	120.590
Adiant. p/ futuro aumento de capital		-	385.488	-	385.488
Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
Reserva de lucros		135.719	247.880	135.719	247.880
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**724.309**	**836.470**	**724.309**	**836.470**
Participação de não controladores			-	95.810	111.207
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.112.020**	**1.160.775**	**1.251.935**	**1.267.201**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

		Atribuível aos acionistas controladores								
					Reserva de lucros					
	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrim. líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**120.590**	**385.488**	**82.512**	**24.118**	**303.450**	**-**	**916.158**	**123.839**	**1.039.997**
Efeito de ajuste no resultado dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(1.110)	(1.110)
Dividendos pagos	23	-	-	-	-	(16.690)	-	(16.690)	-	(16.690)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(62.998)	(62.998)	(11.522)	(74.520)
Absorção do prejuízo do exercício com saldo de reservas de lucros		-	-	-	-	(62.998)	62.998	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**120.590**	**385.488**	**82.512**	**24.118**	**223.762**	**-**	**836.470**	**111.207**	**947.677**
Efeito de ajuste no resultado dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(4.535)	(4.535)
Aumento do capital social	23	385.488	(385.488)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	23	-	-	-	-	(42.021)	-	(42.021)	-	(42.021)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(70.140)	(70.140)	(10.862)	(81.002)
Absorção do prejuízo do exercício com saldo de reservas de lucros		-	-	-	-	(70.140)	70.140	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**506.078**	**-**	**82.512**	**24.118**	**111.601**	**-**	**724.309**	**95.810**	**820.119**

Demonstrações dos resultados

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	25	-	-	891.560	631.674
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(811.909)	(524.331)
Lucro bruto		-	-	**79.651**	**107.343**
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	27	(3.861)	(1.436)	(27.818)	(23.432)
Outros receitas	28	-	-	515	26
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(3.861)**	**(1.436)**	**52.348**	**83.937**
Receitas financeiras	29	32.938	5.500	38.262	11.221
Despesas financeiras	29	(42.466)	(14.491)	(52.626)	(20.393)
Despesas financeiras líquidas	29	**(9.528)**	**(8.991)**	**(14.364)**	**(9.172)**
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		**(13.389)**	**(10.427)**	**37.984**	**74.765**
Resultado de equivalência patrimonial	13	(56.751)	(52.571)	(111.866)	(135.071)
Prejuízo antes do IR e CS		**(70.140)**	**(62.998)**	**(73.882)**	**(60.306)**
IR e CS/ Correntes	30	-	-	(16.550)	(24.776)
Diferidos	30	-	-	(52)	(3.239)
Incentivo fiscal Sudene	30	-	-	9.482	13.801
Prejuízo do exercício		**(70.140)**	**(62.998)**	**(81.002)**	**(74.520)**
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(70.140)	(62.998)	(70.140)	(62.998)
Acionistas não controladores		-	-	(10.862)	(11.522)
Resultado do exercício		**(70.140)**	**(62.998)**	**(81.002)**	**(74.520)**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
Resultados Abrangentes	2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	**(70.140)**	**(62.998)**	**(81.002)**	**(74.520)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**(70.140)**	**(62.998)**	**(81.002)**	**(74.520)**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(70.140)	(62.998)	(70.140)	(62.998)
Acionistas não controladores	-	-	(10.862)	(11.522)
Resultado abrangente total	**(70.140)**	**(62.998)**	**(81.002)**	**(74.520)**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(70.140)	(62.998)	(81.002)	(74.520)
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	-	87
Equivalência patrimonial	56.751	52.571	111.866	135.071
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	-	40
Participação de não controladores	-	-	(4.535)	(1.110)
Depreciação e amortização	-	-	31.579	9.917
Impostos correntes	-	-	7.000	10.975
Impostos diferidos	-	-	30	3.239
Baixa por não realização de impostos a recuperar	-	-	-	50.858
Ganho (perdas) c/ instr. financs derivativos	(8.082)	(2.318)	(8.082)	(2.318)
Juros a receber de mútuo c/ partes relacs	(5.391)	-	-	-
Juros provisionados de mútuo c/ partes relacs	1.263	1.257	-	(247)
Juros provisionados empréstimos	12.208	832	12.208	832
Juros provisionados debêntures	10.008	9.914	13.511	14.646
	(3.383)	**(742)**	**82.575**	**147.470**
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(31.933)	(13.457)
Impostos a recuperar	856	(217)	4.089	(2.397)
Estoques	-	-	(28.515)	(811)
Outros ativos	(14.842)	(3.973)	(7.650)	(9.370)
Fornecedores	(72)	103	25.822	662
Impostos e contribuições, líquido	622	408	(109)	(2.167)
Outros passivos	-	-	(8.310)	2.035
Caixa (aplicado nas) originado das atividades operacionais	**(16.819)**	**(4.421)**	**35.969**	**121.965**
Juros de empréstimos bancários pagos	(361)	(95)	(361)	(95)
Juros de debêntures pagos	(9.613)	(10.202)	(12.866)	(15.390)
Impostos pagos	-	(403)	(9.540)	(10.517)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	**(26.793)**	**(15.121)**	**13.202**	**95.963**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Mútuos concedidos a partes relacionadas	(144.118)	(124)	-	(18.383)
Recebimento de mútuos de partes relacs	61.400	-	-	-
Aumento de capital em investidas	(196)	(12.523)	-	(1.400)
Dividendos recebidos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	43.124	92.166	25.034	41.038
Aquisições de imobilizado	-	-	(36.355)	(260)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades de invests	**(39.790)**	**79.519**	**(11.321)**	**20.995**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recurso proveniente de derivativos	-	10.400	-	10.400
Amortização do valor principal - debêntures	(55.556)	(55.556)	(67.614)	(69.806)
Captação de empréstimos via mútuo com partes relacionadas	-	115.265	-	157
Amortização do principal de empréstimos - mútuo com partes relacionadas	(47.458)	(70.329)	-	-
Captação de empréstimos	200.000	-	200.000	-
Amortização do principal dos empréstimos bancários	(39.553)	(6.795)	(39.553)	(6.795)
Pagamento de dividendos a acionistas	(42.021)	(16.689)	(42.021)	(16.690)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades de financiamento	**15.412**	**(23.704)**	**50.812**	**(82.734)**
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**(51.171)**	**40.694**	**52.693**	**34.224**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	63.213	22.519	142.186	107.962
Caixa e equivs de caixa em 31 de dezembro	12.042	63.213	194.879	142.186
(Redução) Aumento em cxa e equivs de cxa	**(51.171)**	**40.694**	**52.693**	**34.224**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Eletricidade do Brasil S.A. ("EBRASIL" ou "Companhia") é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras Companhias, comercializar energia e na gestão de empreendimentos. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como 'Grupo'). A Companhia é uma controlada integral da DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia"). O capital circulante líquido da Controladora e Consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2021 foi negativo em R$ 270.998 e positivo em R$ 30.483, respectivamente (R$ 113.661 negativo e R$ 112.003 positivo para a controladora e consolidado, respectivamente em 2020). Como forma de garantir os compromissos financeiros futuros, a Companhia e suas controladas poderão contar, caso necessário, com o suporte financeiro advindo de seu acionista controlador e com limites de créditos já pré-aprovados por instituições financeiras. **Vale ressaltar os pontos a seguir:** • Saldo relevante de transações com partes relacionadas entre as empresas do Grupo no passivo circulante da controladora no montante de R$ 74.273 (R$ 120.468 em 2020). Se os saldos a pagar com partes relacionadas forem desconsiderados, o capital circulante líquido da controladora passa a ser negativo em R$ 196.725 em 2021 e positivo em R$ 6.807 em 2020. • Conforme nota explicativa nº 32, no primeiro trimestre de 2022, a Companhia liquidou de forma parcial seus empréstimos no montante de R$ 115.993. Sendo prevista a liquidação do saldo remanescente para o mês de Abril de 2022. O pagamento desta obrigação ocorreu com os recebimentos de recursos da controlada EPESA, assim como recebimento de dividendos e caixa remanescente. Adicionalmente, a situação de caixa na controlada EPESA, devido a alta demanda de geração de energia, é bastante confortável conforme saldo de caixa e equivalente de caixa consolidado, dessa forma a Administração do Grupo tem recursos financeiros suficientes para honrar com seus compromissos de curto-prazo. • Conforme nota explicativa nº 17, a Companhia não apresentou quebra de cláusulas contratuais em decorrência da posição financeira atual. Adicionalmente, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, o Grupo vem amortizando normalmente suas dívidas com terceiros relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures, de forma que para os vencimentos que ocorrerão em 2022, a Administração não espera dificuldades em cumprir com essas obrigações, levando em consideração, entre outros fatores, o relacionamento com as instituições financeiras. Até 31 de março de 2022 a Companhia amortizou R$ 155.993 de empréstimos de curto prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 32. O Grupo apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo no consolidado no montante de R$ 13.202 em 2021 (R$ 95.963 em 2020) e patrimônio líquido consolidado no montante de R$ 820.119 em 2021 (R$ 947.677 em 2020), e dessa forma a Administração entende que não existe incerteza quanto à continuidade operacional do Grupo. **1.1 Impactos decorrente do COVID-19:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo Coronavírus ("COVID 19"). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil. O Grupo tem o compromisso de, junto com colaboradores, parceiros e clientes, enfrentar os desafios da pandemia da COVID-19. O Grupo trabalha para ser parte da solução e garantir a preparação frente a este desafio, com foco em manter as operações com o mínimo de impacto nos clientes, promover o bem-estar dos colaboradores e contribuir para minimizar os riscos para a comunidade. O Grupo continua operando regularmente, as receita do segmento de sua principal investida operacional a EPESA está sustancialmente atrelada à disponibilidade da infraestrutura de geração termoelétrica bem como ao valor do Custo Variável Unitário - CVU. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade das geradoras causada pelas medidas de combate à COVID-19. O Grupo não espera um aumento significativo nas estimativas de perda da sua carteira de recebíveis, decorrentes dos efeitos da COVID 19, dado as características do seu negócio e perfil dos seus clientes. A Administração monitora de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, caso necessário. Até o momento, as operações do Grupo não foram impactadas pelo surto do coronavirus. De forma geral, o Grupo empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/ Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara. **1.2 Relação de entidades controladas e coligadas:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo:

	Participação acionária		
Investidas diretas	País	2021	2020
EBrasil Energia Ltda. ("EBE")	Brasil	89,50%	89,50%
EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")	Brasil	99,99%	99,99%
Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA")	Brasil	83,60%	83,60%
EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	Brasil	99,99%	99,99%
Termocabo S.A. ("Termocabo")	Brasil	24,00%	24,00%
Ebrasil Petróleo e Gás Ltda.	Brasil	94,40%	94,40%
Ebrasil LNG Holding Ltda.	Brasil	83,60%	83,60%
Ebrasil Energias Renováveis Ltda.	Brasil	100%	100%
Investidas indiretas			
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	Brasil	50,00%	50,00%
Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA")	Brasil	25,00%	25,00%
Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("CELSE")	Brasil	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Brasil	41,66%	41,66%

a. Investidas diretas: *(i) Controladas:* **Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA"):** A EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termomanaus, com potência instalada de 94,05 MWh e 142,65 MWh, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 29 de junho de 2006. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2009. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009. **EBrasil Energia Ltda. ("EBE"):** A EBE é uma Empresa limitada com sede em Recife-PE que está devidamente autorizada a atuar no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, mediante despacho ANEEL nº 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da CCEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009. A EBE possui participação acionária na de 50% na CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A, que por sua vez possui 100% de participação acionária na CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Em 4 de novembro de 2016 a EBE passou a ter participação societária de 25% das ações da CEBARRA - Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros. **Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR"):** A CELSEPAR é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 11 de dezembro de 2017. O endereço do escritório, atual sede da Empresa, é na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, Brooklin Paulista, São Paulo - SP e tem por objeto a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. Em 16 de março de 2018, a CELSEPAR adquiriu 100% de participação societária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A.. **Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("CELSE"):** A CELSE tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/ refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes. Em abril de 2015, a CELSE foi vencedora do Leilão de Energia Nova A-5, realizado pelo governo brasileiro, estabelecendo 26 Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR ou PPA - Contrato de Compra de Energia) por 25 anos com diversas distribuidoras de energia no Brasil. Consequentemente, a CELSE implementou um PPA com 26 empresas para fornecer energia elétrica com a venda de toda a capacidade instalada do Projeto de 1,5 GW, em 21 de março de 2020, após realização de testes, CELSE entrou em operação comercial, fazendo jus, desde essa data ao recebimento da Receita Fixa. **Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA"):** A CEBARRA tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) a importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. **EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE"):** A ENORTE é uma Empresa limitada com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobrás S.A). O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores. Em 2021 e 2020, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decurso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. **EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGÁS"):** A EGÁS é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, e tem por objeto a participação societária em outras sociedades. Em 2018, passou a deter 41,66% das ações da EPASA – Centrais Elétricas da Paraíba S.A. **Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"):** A EPASA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Termonordeste e Termoparaíba, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9 de julho de 2007. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. As Usinas entraram em operação comercial em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011, respectivamente. **Novas empresas:** Visando novas perspectivas de negócios, foram constituídas novas empresas relacionadas abaixo. Até o término do exercício de 2021 não existiram movimentações que impactassem na apresentação destas demonstrações financeiras, adicionalmente, a Companhia possui o compromisso de efetuar as respectivas integralizações de capital nas investidas até 31 de dezembro de 2022: ***Ebrasil Petróleo e Gás Ltda.*** A Ebrasil Petróleo e Gás, é uma sociedade limitada com sede em Recife- PE constituída em 22 de julho de 2016 sob a antiga denominação Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Eireli, tem por objeto a exploração, valiação, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, gás natural, seus derivados, bem como a comercialização de produtos, equipamentos e materiais de produção de petróleo, gás natural, seus derivados, tanto no atacado quanto no varejo. ***Ebrasil LNG Holding Ltda.*** A Ebrasil LNG Holding é uma sociedade limitada com sede em Recife-PE constituída em 19 de agosto de 2020 e tem por objetivo a participação em outras sociedades, exercendo atividades de gestão empresarial. ***Ebrasil Energias Renováveis Ltda.*** A Ebrasil Energias Renováveis é uma sociedade limitada com sede em Recife- PE constituída em 21 de outubro de 2020 e tem por objetivo a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. *(ii) Coligada:* **Termocabo S.A. ("Termocabo"):** A Termocabo é uma Companhia anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ e uma usina termelétrica localizada em Cabo de Santo Agostinho - PE. Foi constituída em 22 de agosto de 2001 e iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MW para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado ("CCEAR") pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). O Grupo também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração em 31 de março de 2022. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 13** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; e • **Nota explicativa 7 (a)** - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida. **b. Incerteza sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; • **Nota explicativa 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; • **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • **Nota Explicativa nº 31** - Instrumentos financeiros: principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. ***(i) Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, do Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Grupo e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando disponível, do Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, do Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, do Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se do Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 31– Instrumentos Financeiros. **5. Mudança nas principais políticas contábeis:** Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, conforme descrito na nota 7(p). **6. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros. **7. Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Base para consolidação:** *(i) Controladas:* O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Participação de acionistas não-controladores:*** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. ***(iii) Perda de controle:*** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial:*** Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. ***(v) Critérios de consolidação:*** A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício. ***(vi) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações entre Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as Companhias, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Receita operacional:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada. De forma geral, as receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente. ***Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre:*** Na operação de contratação em ambiente livre, o Grupo tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **d. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Plano de saúde médico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. O Grupo não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados. **e. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). Incentivos governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. A controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA possui o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/ isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da EPESA. **f. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em aplicações financeiras e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado "pro rata" dia com base no método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração do Grupo conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor o Grupo a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração do Grupo avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pelo Grupo sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. *(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de

Continua»

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20220405/

D4Sign db650f74-77e3-445f-b625-77ab678a70d8 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

05/08/2022

JUCEPE
Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

Continuação►

ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **h. Estoques:** O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida. **i. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. ***(iii) Reposição de ativos:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iv) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. No decorrer do exercício de 2021, a investida EPESA avaliou fatores internos e externos, incluindo aspectos mercadológicos e tendências de mercado para o setor. Alguns desses aspectos é de que a Administração não teria expectativa de participar de novos leilões no curto prazo. Neste cenário, a Administração da investida EPESA avaliou esses fatores e com base nos julgamentos baseados na última informação disponível e confiável obtidas no exercício considerou uma mudança da vida útil dos ativos depreciáveis. A EPESA verificou a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização. A Administração levou em consideração as mudanças ocorridas no cenário econômico e de mercado como fatores determinante de mudança para o exercício, e efetuou a mudança prospectivamente para as demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Nos exercícios anteriores as vidas úteis dos itens do imobilizado em construção da investida EPESA eram determinadas à medida que a construção fosse finalizada e o início das operações seja definido, com a mudanças das premissas de depreciação, todos os Ativos passaram a ter vida útil limitada com término ao final de 2023.

	Anos
Máquinas e equipamentos - Grupos geradores e sistema de tancagem	30
Máquinas e equipamentos – Outros	10
Instalações industriais	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos eletrônicos	5
Veículos	5
Construções	25

j. Instrumentos financeiros: ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros* Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros: **Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *Desreconhecimento:* **Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos de Swaps e opções de compra e venda em moeda estrangeira. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação do Grupo e à redução de sua exposição aos riscos de moeda e mercado, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo no resultado. Ganhos/Perdas relacionados a instrumentos financeiros derivativos relacionados a riscos cambiais e de juros são reconhecidos no resultado financeiro. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **k. Capital social:** ***Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas. **l. Redução ao valor recuperável de ativos -** ***Impairment: Ativos financeiros não-derivativos:*** O CPC 48 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, o Grupo levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação do Grupo. O Grupo não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras, em virtude de não ter histórico de perdas efetivas com clientes. ***Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. ***Ativos não financeiros:*** Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo não possuía ativos não financeiros com vida útil indefinida. **m. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis. **n. Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **o. Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. **p. Novas normas e interpretações adotadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06 (R2)); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e • Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23). **8. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos	4.119	197	48.999	14.659
Aplicações financeiras	7.924	63.016	145.879	127.527
	12.042	63.213	194.879	142.186

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez. As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2021 e 103% em 31 de dezembro 2020. **10. Contas a receber de clientes (Consolidado):**

	2021	2020
EPESA:		
Clientes faturados (i)	8.954	10.663
Clientes a faturar (ii)	57.020	15.517
Mercado de Curto Prazo CCEE (iii)	1.541	9.785
Clientes diversos	454	69
EGÁS		
Clientes diversos	4	6
	67.973	36.040

O saldo de contas a receber refere-se, substancialmente, à apropriação de receitas relativas aos contratos de disponibilidade de energia elétrica da controlada EPESA. A Administração do Grupo entende que é desnecessário o registro das de perdas de crédito esperadas, dado que não existe expectativa de não recebimento futuro, visto que não existe histórico de perdas efetivas com clientes. (i) O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), classificado como receita fixa e, quando da ocorrência de geração de energia, é classificada como receita variável. O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subseqüente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subseqüente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subseqüente. Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente. (ii) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração por disponibilidade, que é faturada no mês subseqüente, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulação do setor. Por força da escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 17), a controlada EPESA cedeu à totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a Companhia terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a controlada cedeu eventual recebível oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do combustível (Nota Explicativa nº 15). (iii) A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia adquirida pel o Grupo no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento. **11. Estoques (Consolidado):** Os estoques do Grupo são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente combustível) é custo o médio.

	2021	2020
Óleo diesel (i)	31.096	13.388
Peças de reposição e manutenção (ii)	17.710	7.109
Lubrificantes	284	78
	49.090	20.575

(i) Refere-se ao óleo diesel para geração, a partir de despachos do ONS. (ii) A Companhia mantém em seus estoques peças de reposição necessárias à recolocação em operação das máquinas e dos equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral. Devido a geração de energia relevante ocorrida em 2021, a Companhia realizou compras relevantes de peças de reposição para fins de manutenção planejada para ocorrer ao longo de 2022. **12. Impostos a recuperar:**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
PIS e COFINS a recuperar	-	-	-	1.127
Imposto de renda retido na fonte (i)	1.458	2.314	6.054	2.415
Outros	-	-	10	516
	1.458	2.314	6.064	4.058
Circulante	1.458	2.314	2.747	4.058
Não circulante	-	-	3.137	-

(iv) Referem-se a valores de impostos retidos sobre serviços e pagos a maior de exercícios anteriores, aguardando homologação dos créditos pela RFB para utilização. **14. Outras contas a receber:**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Aplicação financeira - reserva do serviço da dívida (i)	-	-	5.494	5.280
Dividendos a receber (ii)	19.922	6.305	3.447	2.722
Depósitos judiciais (iii)	-	-	5.959	5.644
Despesas antecipadas	-	-	595	523
Serviços em curso (iv)	-	-	10.567	4.111
Adiantamento a fornecedores	77	60	463	848
Pesquisa e desenvolvimento de novos projetos (v)	1.755	1.020	4.602	1.154
Outros	829	356	3[illegible]	
	22.583	7.741	31.5[illegible]	
Circulante	20.044	6.393	12.622	9.651
Não circulante	2.539	1.348	18.884	13.786

(i) No consolidado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, a controlada EPESA precisa manter em conta reserva o equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora mantida na Caixa Econômica Federal. (v) O saldo de dividendos a receber na controladora corresponde a saldo de devolução de dividendos junto a controladora DC Energia no motante de R$ 2.060, dividendos declarados da EPESA no motante de R$ 16.475 e da Termocabo no montante de R$ 1.197. (vi) Os depósitos judiciais são substancialmente da controlada EPESA referente a disputa com o fabricante de equipamentos e ao valor da multa correspondente ao auto de infração da ANEEL, relativo a não conformidades apuradas em processo de fiscalização, descrito na Nota Explicativa nº 21. (vii) Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar. (viii) O Grupo está fazendo novos projetos e estudo de viabilidade de novos negócios para as investidas constituídas, conforme nota explicativa nº 13. **16 Investimentos:**

Composição da conta:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ebrasil Energia Ltda. ("EBE")	453.376	609.922	-	-
Ebrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")	219.772	185.825	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. ("EPESA")	210.304	190.278	-	-
Ebrasil Petroleo e Gás Ltda. (Petroleo e Gás)	73.065	73.066	-	-
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	9.556	10.215	-	-
Ebrasil Energias Renováveis Ltda. ("Energias Renováeis")	997	1.000	-	-
Ebrasil LNG Holding Ltda. ("LNG Holding")	7	8	-	-
Termocabo S.A ("Termocabo")	18.886	15.328	18.886	15.328
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	-	-	495.586	670.006
Centrais Elétricas da Paraiba S.A. ("EPASA")	-	-	219.899	185.937
	985.963	1.085.642	734.371	871.271

a. Informações sobre as investidas:

2021

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial ajustada	Saldo do investimento
Investidas diretas									
Ebrasil Energia Ltda.	12.176	497.288	15	2.887	506.562	(173.443)	89,50%	(155.569)	453.376
Ebrasil Gas e Energia S.A.	172	219.988	35	352	219.773	55.909	99,90%	55.909	219.772
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	305.163	166.647	84.186	135.612	252.012	43.954	83,60%	36.746	210.304
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda.	5.011	5.243	34	664	9.556	(658)	99,99%	(659)	9.556
Termocabo S.A (i)	79.995	41.988	41.530	1.763	78.691	28.450	24,00%	6.828	18.886
Ebrasil LNG Holding Ltda. (ii)	10	-	2	-	8	(1)	83,60%	(1)	7
Ebrasil Energias Renováveis Ltda. (ii)	1.000	-	3	-	997	(3)	100,00%	(3)	997
Ebrasil Petroleo e Gás Ltda. (ii)	812	88	2	-	898	(2)	94,40%	(2)	73.064
Total controladora em 31/12/2021	404.339	931.242	125.807	141.278	1.068.497	(45.794)	-	(56.751)	985.963
Investidas indiretas									
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	1.032	1.849.882	516.081	337.600	997.233	(348.839)	50,00%	(174.420)	495.586
Centrais Elétricas da Paraiba - EPASA	449.709	279.538	78.973	122.480	527.794	133.765	41,66%	55.726	219.899
Total consolidado em 31/12/2021 (i)	530.736	2.171.408	636.584	461.843	1.603.718	(186.624)	-	(111.866)	734.371

2020

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Outros ajustes no resultado de equivalência	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial ajustada	Saldo do investimento
Investidas diretas										
Ebrasil Energia Ltda.	11.319	671.708	8	2.864	680.155	(174.686)	-	89,50%	(156.344)	609.922
Ebrasil Gas e Energia S.A.	162	186.026	12	352	185.825	35.791	5.177	99,99%	40.964	185.825
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	139.477	265.335	46.500	129.995	228.316	73.700	110	83,60%	61.723	190.278
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda.	4.126	6.665	27	549	10.215	(2.180)	-	99,99%	(2.180)	10.215
Termocabo S.A (i)	64.652	30.449	28.540	2.694	63.867	13.620	-	24,00%	3.269	15.328
Ebrasil LNG Holding Ltda. (ii)	10	-	1	-	9	(1)	-	83,60%	(1)	8
Ebrasil Energias Renováveis Ltda. (ii)	1.000	-	-	-	1.000	-	-	100,00%	-	1.000
Ebrasil Petroleo e Gás Ltda. (ii)	188	715	-	-	903	(2)	-	94,40%	(2)	73.066
Total controladora em 31/12/2020	220.934	1.160.898	75.088	136.454	1.170.290	(53.758)	5.287	-	(52.571)	1.085.642
Investidas indiretas										
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	12.799	2.032.728	276.971	428.544	1.340.012	(347.944)	-	50,00%	(173.972)	670.006
Centrais Elétricas da Paraíba - EPASA	349.437	382.076	90.428	194.804	446.281	85.527	-	41,66%	35.632	185.937
Total consolidado em 31/12/2020 (i)	362.236	2.414.804	367.399	623.348	1.786.293	(262.417)	-	-	(135.071)	871.271

(i) O total dos valores consolidados de investimento e equivalência patrimonial, não eliminados no processo de consolidação, referem-se a: investida direta Termocabo S.A. e as investidas indiretas, Centrais Elétricas de Sergipe S.A – CELSEPAR e Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA. (ii) Conforme descrito na nota explicativa 1.2, novas Empresas foram constituídas durante o exercício de 2020 sendo a Eletricidade do Brasil S.A. a acionista controladora. A Ebrasil tem o compromisso em instrumento societário de constituição das investidas de efetuar a integralização de capital até Dezembro/2021. Em 31 de dezembro de 2021, as investidas não estavam em operação e não tiveram movimentações financeiras. A controladora, mantém obrigação no passivo circulante correspondente ao compromisso de aporte de capital, de forma que no patrimônio líquido das investidas os mesmos montantes estão como capital a integralizar. ***b. Movimentação dos investimentos:***

Investidas diretas

	EBE [a] 2021	EBE [a] 2020	EGAS [b] 2021	EGAS [b] 2020	EPESA [c] 2021	EPESA [c] 2020	ENORTE [d] 2021	ENORTE [d] 2020	Petróleo e Gás (e) 2021	Petróleo e Gás (e) 2020	Energias Renováveis [f] 2021	Energias Renováveis [f] 2020	LNG Holding [g] 2021	LNG Holding [g] 2020
Saldo inicial em 1o. de janeiro	609.922	753.743	185.825	184.632	190.278	180.348	10.215	12.184	73.066	-	1.000	-	8	-
Aumento de capital	-	12.523	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Capital social subscrito (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	73.066	-	1.000	-	8	
Equivalência patrimonial ajustada	(155.569)	(156.344)	55.909	40.964	36.746	61.613	(659)	(2.180)	(2)	(2)	(3)	-	(1)	(1)
Recebimento de dividendos	-	-	(21.962)	(39.786)	(16.720)	(51.232)	-	211	-	-	-	-	-	-
Outros ajustes	(977)	-	-	15	-	(451)	-	-	-	2	-	-	-	1
Saldo final em 31 de dezembro	453.376	609.922	219.772	185.832	210.194	190.278	9.556	10.215	73.064	73.066	997	1.000	7	8

Investidas indiretas

	Termocabo (h) 2021	Termocabo (h) 2020	CELSEPAR [i] 2021	CELSEPAR [i] 2020	EPASA [j] 2021	EPASA [j] 2020	Controladora TOTAL [a] até [g] 2021	Controladora TOTAL [a] até [g] 2020	Consolidado TOTAL [h]+[i]+[j] 2021	Consolidado TOTAL [h]+[i]+[j] 2020
Saldo inicial em 1º. de janeiro	15.328	11.834	670.006	842.578	185.937	184.799	1.085.643	1.142.732	871.269	1.039.211
Aumento de capital	-	-	-	1.400	-	-	-	12.523	-	1.400
Capital social subscrito (*)	-	-	-	-	-	-	-	74.074	-	-
Equivalência patrimonial ajustada	6.828	3.269	(174.420)	(173.972)	55.726	35.632	(56.751)	(52.571)	(111.861)	(135.071)
Recebimento de dividendos	(3.270)	(1.359)	-	-	(21.764)	(39.681)	(41.952)	(92.166)	(25.040)	(41.040)
Outros ajustes	-	1.584	-	-	-	5.187	(977)	1.048	3.031	6.769
Saldo final em 31 de dezembro	18.886	15.328	495.586	670.006	219.899	185.937	985.963	1.085.643	737.399	871.269

(*) Transação não teve impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa. **14. Imobilizado (Consolidado): a. Composição da conta:**

	Taxas anuais de depreciação (%)	2021 Custo	2021 Depreciação acumulada	2021 Total	2020 Custo	2020 Depreciação acumulada	2020 Total
Máquinas e equipamentos	3,33 e 10	205.910	(124.282)	81.628	204.088	(101.366)	102.721
Construções	4	82.864	(59.815)	23.049	82.864	(51.399)	31.448
Moveis e utensílios	10	3.427	(2.592)	835	2.968	(2.410)	558
Terrenos	-	1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Veículos	20	1.396	(1.226)	170	1.241	(1.162)	79
Equipamentos eletrônicos	20	3	-	3	3	-	3
Imobilizado em curso	-	35.905	-	35.905	1.978	-	1.978
Total		330.563	(187.915)	142.648	294.200	(156.337)	137.863

b. Movimentação do custo:

	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	204.088	1.882	(60)	205.910
Construções	82.864	-	-	82.864
Moveis e utensílios	2.968	459	-	3.427
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	1.241	156	(1)	1.396
Equipamentos eletrônicos	3	-	-	3
Obras em andamento	1.978	33.927	-	35.905
	294.200	36.424	-	330.563
	Saldo31/12/2019	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2020**
Máquinas e equipamentos	204.086	2	-	204.088
Construções	82.864	-	-	82.864
Moveis e utensílios	2.846	122	-	2.968
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	1.281	-	(40)	1.241
Equipamentos eletrônicos	3	-	-	3
Obras em andamento	1.842	136	-	1.978
	293.980	260	(40)	294.200

c. Movimentação da depreciação:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	(101.366)	(22.916)	-	(124.282)
Construções	(51.399)	(8.416)	-	(59.815)
Moveis e utensílios	(2.410)	(182)	-	(2.592)
Veículos	(1.162)	(64)	-	(1.226)
	(156.337)	(31.579)	-	(187.915)
	Saldo em 31/12/2019	**Adições**	**Baixas**	**Saldo em 31/12/2020**
Máquinas e equipamentos	(93.854)	(7.512)	-	(101.366)
Construções	(49.176)	(2.223)	-	(51.399)
Moveis e utensílios	(2.252)	(158)	-	(2.410)
Veículos	(1.138)	(24)	-	(1.162)
	(146.420)	(9.917)	-	(156.337)

Depreciação e amortização das controladas: Foram apropriados ao resultado consolidado do exercício, despesas com depreciação e amortização no montante de R$ 31.579 em 2021 (R$ 9.917 em 2020). O incremento da depreciação no exercício refere-se a necessidade de equiparar a vida útil dos ativos à vida útil econômica do empreendimento até o final da autorização na investida EPESA. ***Garantias das controladas:*** Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato como principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas, a controlada EPESA ofereceu como garantia ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures não Conversíveis (FI-FGTS 100%) os grupos geradores adquiridos originalmente na instalação das usinas, transformadores e terreno. ***Recuperação do valor residual dos ativos da controlada EPESA:*** Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31 de dezembro de 2023), as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências, considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, auto geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza etc. Com base em sua melhor estimativa, a Companhia realizou análise de impairment do seu ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 15), com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual reflete o custo médio de oportunidade da Companhia (14% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. ***Recuperação do valor residual dos ativos ENORTE:*** Alternativas para a recuperação do valor residual da ENORTE são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, autogeração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza. **15. Fornecedores:**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Areva (i)	-	-	7.571	7571
Transmissoras (ii)	-	-	309	345
BR Distribuidora (iii)	-	-	-	199
Twenty Six Trading (iv)	-	-	24.415	-
HDI Global Seguros	-	-	594	548
Outros	51	123	2.652	1.056
Total	51	123	35.541	9.719

(i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. ("Benco") para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva

Continua►

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

D4Sign db650f74-77e3-445f-b625-77ab678a70d8 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20220405/

05/08/2022

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

Continuação

Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. ("Areva") para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Companhia ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 24). Parte do valor está depositado em juízo (R$ 1.140 em 2018 e 2017) e para o restante (R$ 6.431 em 2018 e 2017) foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador. (ii) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("CUST"). (iii) Referiu-se a aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS adquiridos à vista, aproveitando-se de descontos financeiros. (iv) Refere-se a aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA. **16. Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado): a. Composição, modalidades e condições de negociação:**

Modalidade	Custo captação	Vencimento	Parcelas	2021
Banco Itau	2,07% a.a.	jan/22	1	38.756
Banco Itau - CCB	1,98% a.a + CDI	mar/22	1	25.694
Banco ABC	2,13% a.a.	fev/22	1	51.543
Banco Bradesco	2,63% a.a.	abr/22	1	56.300
				172.294

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2021	2020
Saldo inicial	-	6.058
Captações	200.000	-
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	12.208	832
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	(39.553)	(6.795)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	(361)	(95)
Saldo final	172.294	-

17. Debêntures:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Principal	138.889	194.445	169.581	237.194
Juros	675	280	924	280
	139.564	194.725	170.505	237.475
Circulante	56.624	56.230	70.027	69.383
Não circulante	82.940	138.495	100.478	168.091

a. Controladora: ***Emissão e encargos:*** Em 31 de janeiro de 2018 a controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$ 60.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 2,10% a.a. Em 15 de agosto de 2019, a controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$ 250.000 que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 1,43% a.a. e serviram para resgate antecipado da 2ª emissão, aporte de capital em investimento e gestão ordinária dos negócios. **v. Consolidado:** ***Emissão e encargos:*** Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizados pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a. ***Não circulante (Consolidado):*** As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2021	2020
2022	-	68.552
2023	68.709	68.552
2024	31.769	30.987
Total	100.478	168.091

A movimentação das debêntures está demonstrado abaixo:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo inicial	194.725	250.569	237.474	308.024
Captações	-	-	-	-
Juros incorridos sobre debêntures	10.008	9.914	13.511	14.646
Pagamento de principal sobre debêntures	(55.556)	(55.556)	(67.614)	(69.806)
Pagamento de juros sobre debêntures	(9.614)	(10.202)	(12.865)	(15.390)
	139.564	194.725	170.505	237.474

Garantias: A controlada EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias: • Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida; • Alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia; • Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia; • Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos originalmente na implantação das usinas; • Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas; • Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contatos de comercialização CCEAR; e • Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível. Em relação a 2ª emissão de debêntures realizada pela Ebrasil foram consideradas estas as principais garantias: • Alienação fiduciária da totalidade das ações da Ebrasil Gás e Energia detidas pela emissora; • Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de sua titularidade decorrente da distribuição de dividendos da EPASA,, considerando que a Ebrasil Gás e Energia deve possuir pelo menos 41,66% do capital social; e • Direito creditório referente ao contrato de conta vinculada junto ao Banco Bradesco S.A. ***Cláusulas restritivas:*** As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis da controlada EPESA que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Companhia são como seguem: • Não alterar sem anuência o objeto social, o controle acionário, emitir novas ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda. • Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x. • Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais. • Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc. • Não ter títulos protestados acima de R$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A). • Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado. • Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas. • Não alienar ativos acima de R$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A). A Administração do Grupo e da controlada EPESA está cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida. As principais cláusulas contratuais restritivas ("Covenants") do instrumento particular de escritura da terceira emissão privada de debêntures não conversíveis da EBRASIL que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Companhia são como seguem: • Inadimplemento de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias referente as debêntures; • Liquidação, dissolução, intervenção ou extinção e/ou qualquer outro evento que caracterize o estado de insolvência da Companhia; • Decretação de falência da Companhia, das garantidoras pessoas jurídicas ou de qualquer controlada; pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial formulado pela Companhia; e • Utilização dos recursos captados com a Emissão para outro propósito. **18. Obrigações tributárias (Consolidado):**

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
PIS/COFINS e ISS sobre receita	241	1.167
Retenções de terceiros	343	144
IRRF a recolher	564	13
Outros	85	12
Total	1.234	1.336

19. Taxas regulamentares (Consolidado):

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	553	178
Ministério de Minas e Energia -MME	277	89
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	12.043	22.412
	12.873	22.679
Circulante	12.873	12.590
Não circulante	-	10.089

Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a Companhia possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios abaixo definidos pela ANEEL: • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNCDT); • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; • 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia - MME. O saldo em aberto, atualizado mensalmente por juros SELIC, refere-se aos recursos que aguardam liberação de projetos contratados e em fase de prospecção. **20. Outras contas a pagar:**

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Obrigações trabalhistas e sociais	2939	1.111
Encargos de transmissão	1621	1.444
Outros	350	193
Total	4.910	2.748

21. Provisão para contingência (Consolidado):

	2021	2020
Contingência Cívil	429	429
Contingência trabalhista (a)	706	706
	1.135	1.135

a. Trabalhistas: A controlada EPESA é parte passiva em 23 (38 em 2020) processos trabalhistas, que, segundo seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda é provável. Dessa forma, a Controlada mantém provisão para contingência no montante de R$ 706. A controlada possui no exercício de 2021 o montante total de R$ 1.735 (R$ 2.404 em 2020) de causas trabalhistas consideradas como de perda possível. ***EPESA:*** *a. Cíveis e tributárias:* A Companhia possui no exercício de 2021 o montante total de R$ 2.494 (R$ 2.354 em 2020) de causas tributárias consideradas como de perda possível. A Sociedade é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Considerando a sentença e acórdão já proferidos nos processos temos o que segue: Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Sociedade, totalizando R$ 7.580 (Nota Explicativa nº 15), que foram sustados sob a alegação de que: (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Sociedade ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo foi julgado totalmente procedente pelo juízo de primeiro grau, tendo o Tribunal em sede de Recurso de Apelação mantido a sustação dos Protestos. A Companhia, em função da discussão travada no conjunto processual acima, iniciou tais trâmites com citado processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R$ 34.000, por perdas causadas à Sociedade pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Sociedade incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor. Cumpre destacar que esta matéria foi vencida pela Sociedade em 2 (duas) instâncias, porquanto a sua expectativa de perda é classificada como "remota", pelos mesmos consultores. Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto o recurso de apelação foi devidamente julgado em 31/10/2019 dando parcial provimento ao apelo, mantendo a sustação dos protestos por indevidos e afastando a condenação em danos materiais. Em 03/12/2020 por maioria dos votos, acolheu-se os embargos de declaração da Companhia, com efeitos infringentes e rejeitou-se os embargos da Areva. Classificamos o risco do processo como remoto, tendo um crédito a receber que será apurado em liquidação de sentença. ***ENORTE:*** *Causas de perdas prováveis:* Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Empresa possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R$ 429. **22. Impostos diferidos (Consolidado): Ativos:**

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRPJ e CSLL diferidos (i)	3.149	3.149
Total	3.149	3.149

(i) O ativo fiscal diferido está reconhecido na controlada ENORTE e refere-se a saldo de prejuízo fiscal acumulado a ser utilizado nas apurações de lucros tributáveis futuros. Devido o crédito não ter prazo de prescrição, a Administração entende que os fluxos de caixa a serem gerados, ajustados a atual realidade da Empresa, serão suficientes para gerar lucros tributáveis e, consequentemente, utilizar os referidos créditos. **Passivos:**

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
IRPJ e CSLL diferidos (i)	29.471	29.441
Total	29.471	29.441

(i) A controlada EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos grupos geradores entre o que está sendo contabilizado com base na sua vida útil estimada de 3,33% a.a. e a taxa permitida pela legislação do imposto de renda de 10% a.a. Esse fato tem provocado anualmente uma exclusão temporária desde 2013, com efeito retroativo ao ano-base de 2009, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, consequentemente refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, registrados no passivo não circulante. A reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social, estão informadas na nota 30. **23. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado era representado por 120.590.172 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real), pertencentes na sua totalidade à DC Energia e Participações S.A. ("DC Energia"). Em junho de 2021, a partir de ata de Assembleia Geral, a Empresa capitalizou o montante de R$ 385.488 aportados como AFAC, mediante a emissão total de 385.488 novas ações, ordinárias, normativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R$ 1,00 (um real). Desta forma o capital social da Companhia paassará ao total de R$ 506.078 em 2021. **a. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos ao art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **b. Reserva de Incentivos Fiscais:** A controlada EPESA, conforme legislação de incentivos fiscais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, tem direito ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, referente a oferta de disponibilidade de potência e geração de energia elétrica. **c. Adiantamento para futuro aumento de capital:** A Companhia possuia recursos aportados por sócio para fins de futuro aumento de capital no montante de R$ 385.488, havendo capitalização em junho de 2021. **d. Dividendos:** Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituídas a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Em face aos prejuízos apurados em 2021, a Companhia pagou dividendos da conta de Reserva de Lucros no valor de R$ 42.021, a ser referendada na AGO de aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2021 (R$ 16.690 em 2020). **24. Partes relacionadas:** A Companhia tem como principal acionista a DC Energia e Participações S.A., que representa 100% do capital. A EBRASIL iniciou operações de mútuos com a controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – EPESA em 15 de junho de 2020 no montante de R$ 46.195 corrigida por CDI + 2,0% a.a., quitado em 2021. Em julho de 2021, a Companhia iniciou operações de mútuos ativos com a controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – EPESA no montante de R$ 143 milhões, corrigido por 9,91% incorrendo em juros de R$ 5 milhões e amortizações no valor de R$ 61 milhões, resultando no saldo de R$ 87 milhões. Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos e foram feitos em condições definidas entre as partes. **a. Composição dos saldos e transações:** As transações com partes relacionadas compreendem operações vinculadas ao objeto social e contratos do Grupo.

	Controladora Ativo não circulante	Controladora Passivo circulante	Consolidado Ativo não circulante	Consolidado Passivo circulante	Consolidado Passivo não circulante
EBRASIL Energia Ltda (i)	953	-	13.414	-	1.934
Ebrasil Norte Geraçao de Energia	235		163		-
Vigus Engenharia Ltda	192	-	192	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.(ii)	87.600	-	6.322	-	298
EBRASIL Gás e Energia Ltda	350	199	-	199	2
Petróleo e Gás	-	73.066	70	-	-
Ebrasil LNG	-	8	-	-	-
Ebrasil Energias Renováveis	-	1.000	-	-	-
Centrais Elétricas de Sergipe Participação S.A.	415		415		
Total	89.745	74.273	20.576	199	2.234

2020

	Controladora Ativo não circulante	Controladora Passivo circulante	Consolidado Ativo não circulante	Consolidado Passivo circulante	Consolidado Passivo não circulante
Ebrasil Energia Ltda. (i)	953	-	12.217	-	1.441
Ebrasil Norte Geraçao de Energia	120	-	-	-	121
Vigus Engenharia Ltda	192	-	192	-	-
Suape Ambiental	21	-	21	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. (ii)	-	46.195	5.955	-	163
EBRASIL Gás e Energia Ltda	350	199	-	200	352
Petróleo e Gás (iii)	-	73.066	2.033	-	-
Ebrasil LNG Holding (iii)	-	8	2	-	-
Ebrasil Energias Renováveis (iii)	-	1.000	-	-	-
Total	1.636	120.468	20.420	200	2.077

(i) Corresponde substancialmente a operação de crédito realizada entre a controlada Ebrasil Energia Ltda. e a Celsepar - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. por meio de conta corrente sem definição do valor do principal, decorrentes de mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas, concedidos pela Companhia às partes relacionadas. O valor do principal no montante de R$ 10.400 terá incidência de juros à taxa de 125% do CDI. A EBE possui ainda mútuo no montante de R$ 1.702 com a GG Power Participações S.A. (ii) Operações de crédito realizadas por meio de conta corrente sem definição do valor do principal, decorrentes de mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas, concedidos pela Companhia às partes relacionadas. O valor do principal terá incidência de juros à taxa de CDI acrescido a 2% a.a. (dois por cento ao ano). A forma de pagamento será convencionada entre as partes em até 5 anos. A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos entre partes relacionadas:

	Ativos 2021	Ativos 2020	Movimentação Passivo 2021	Movimentação Passivo 2020
Saldo em 01 de janeiro	1.636	1.510	120.468	-
Empréstimos a partes relacionadas recebidos	-	-	-	115.265
Empréstimos a partes relacionadas concedidos	144.118	126	-	-
Capital a integralizar em investidas (iii)	-	-	-	74.273
Encargos	5.391	-	1.263	1.257
Recebimento de partes relacionadas	(61.400)	-	-	-
Pagamento de partes relacionadas	-	-	(47.458)	(70.327)
Saldo em 31 de dezembro	89.745	1.636	74.273	120.468

(iii) Foram constituídas novas Empresas sendo a Companhia a única acionista nessas novas entidades (nota 1.2). Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não integralizou o capital social nas investidas no montante de R$ 74.273. **25. Receita operacional líquida:**

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita de venda de energia elétrica	827.749	41.929
Receita de disponibilidade de energia elétrica	136.310	129.789
Mercado de curto prazo (i)	28.200	525.777
Receita de aluguel e prestação de serviços	-	266
Suprimento de energia elétrica	992.259	697.761
Deduções da receita operacional		
(-) PIS / COFINS	(91.784)	(64.543)
(-) Programa de P&D e eficiência energética	(8.915)	(1.544)
Total das deduções da receita operacional	(100.699)	(66.087)
Receita líquida operacional	891.560	631.674

EPESA: A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS. Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 19). (i) Do montante total de R$ 525.777 em 2020, o saldo de R$ 513.222 corresponde a operação de Compra e venda de energia no âmbito da CCEE para diminuir a exposição da CELSE à flutuação de preços de energia (PLD), afastando assim penalidades pelo atraso no início da operação comercial, conforme critérios da RES. ANEEL 595/2013 e consequente impacto negativo no grupo econômico. ***ENORTE:*** A receita da controlada ENORTE corresponde a locação de equipamentos, oriunda de contrato celebrado com a Aggreko, que perdurou até abril de 2020. **26. Custos dos serviços prestados:**

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Óleo diesel (i)	(695.614)	(26.662)
CUST (ii)	(16.835)	(15.448)
Depreciação	(35.219)	(9.663)
Recomposição do sistema (iii)	(1.031)	1.109
Mão de obra direta	(20.885)	(5.421)
Material de manutenção	(31.766)	(1.053)
Serviços e outros	(10.559)	(2.333)
Baixa por créditos oriundos de diferimento de ICMS (Vide Nota 11(i))	-	(50.838)
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE	-	(414.022)
Total de custos dos serviços prestados	(811.909)	(524.331)

(i) Óleo diesel adquirido para geração de energia de acordo com despachos do O N S, sendo o principal fator para redução a redução do despacho médio que foi de 1,68% em 2019 (3,38% em 2018), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). (ii) O principal custo recorrente refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e dos componentes da rede básica, conforme definido em Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho de energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia. (iii) Custos resultantes de participação no Mercado de Curto Prazo (MCP). (iv) Operações realizadas na CCEE - Corresponde a operações realizadas no curto prazo nas seguintes configurações: • Compras de energia no mercado Spot para repor garantia de disponibilidade prevista em contrato de concessão; • Operação em modo de inflexibilidade também prevista no contrato de concessão; • Despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa disposta na Resolução Normativa ANEEL 822/2018. • Operação de compra e venda de energia conforme nota explicativa 25. **27. Despesas gerais e administrativas:**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Serviços contratados	(1.011)	(1.240)	(9.490)	(9.841)
Pessoal administrativo	-	-	(10.678)	(7.496)
Impostos e taxas	-	-	(780)	(718)
Depreciação	-	-	(339)	(310)
Telefonia e serviços de apoio	-	-	(378)	(43)
Outros	(2.850)	(196)	(6.153)	(5.024)
Total das despesas administrativas	(3.861)	(1.436)	(27.818)	(23.432)

(i) Serviços de consultoria contratada, inerentes a manutenção do negócio. Em 2020 o incremento na conta no consolidado ocorreu devido ao pagamento de serviços jurídicos e de terceiros e projeto da LNG. (xi) Despesas de pessoal necessário a manutenção do negócio. (xii) Corresponde à demais despesas incorridas, tais como: seguros e taxas diversas. **28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:**

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Custo desativação de imobilizado	515	
Outros	-	26
TOTAL	515	26

(i) Custo de desativação do imobilizado da ENORTE na venda de equipamentos. **29. Resultado financeiro:**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	1	5
Juros sobre aplicações financeiras	1.026	1.290	3.802	4.035
Juros contratos de mútuos	4.250	-	6.642	1.578
Variação cambial ativa	17.101	-	17.101	-
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (i)	10.429	4.075	10.429	-
Juros e rendimentos	132	135	287	5.603
	32.938	5.500	38.262	11.221
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(10.008)	(9.914)	(13.511)	(14.647)
Juros sobre empréstimos	(3.112)	(832)	(3.112)	(832)
Juros e IOF sobre empréstimos	(282)	-	(282)	-
Juros e IOF sobre mútuos	(1.263)	-	(6.654)	-
Variação cambial passiva	(26.196)	-	(26.196	
Perda com instrumentos financeiros derivativos (i)	(805)	-	(805	
Juros e multas pagos a fornecedores	(799)	(3.745)	(2.066)	(4.914)
	(42.466)	(14.491)	(52.626)	(20.393)
Resultado financeiro, líquido	(9.528)	(8.992)	(14.364)	(9.171)

(i) Em 2021, no vencimento dos contratos de derivativos junto as instituições financeiras Santander e Itaú, nas operações de compra de moeda estranheira, a Companhia obteve ganhos no valor de R$ 6.888 e R$ 3.541, totalizando o valor de R$ 10.429. **30. Impostos correntes (Consolidado): (i) Impostos correntes ativos:**

	2021	2020
IRPJ corrente a pagar	1.504	6.307
CSLL corrente a pagar	166	1.458
	1.670	7.765

(ii) Impostos correntes passivos:

	2021	2020
IRPJ corrente a pagar	529	908
CSLL corrente a pagar	-	2.168
	529	3.076

(iii) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: Os saldos de impostos correntes do Grupo é composto substancialmente pela apuração da controlada EPESA, a reconciliação dos principais números da controlada está relacionada abaixo: ***Apuração EPESA:***

	2021 IRPJ	2021 CSLL	2021 TOTAL	2020 IRPJ	2020 CSLL	2020 TOTAL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	50.985	50.985		87.915	87.915	
Adições (exclusões) permanentes	277	277		(10.037)	(10.037)	
Doações e brindes	1.006	1.006		1.341	1.341	
Outros	3.325	3.325		90	90	
Depreciação	(3.176)	(3.176)		(9.527)	(9.527)	
Incentivo Fiscal - Lei do Bem	(878)	(878)		(1.941)	(1.941)	
Base de cálculo	51.262	51.262		77.878	77.878	
IRPJ e CSLL correntes	(12.858)	(4.638)	(17.496)	(19.445)	(7.009)	(26.454)
Outros ajustes fiscais	923	-	923	1.516	162	1.678
Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ	9.482	-	9.482	13.801	-	13.801
IRPJ e CSLL diferidos	(22)	(7)	(29)	(2.382)	(857)	(3.239)
Resultado IRPJ e CSLL	(2.475)	(4.645)	(7.120)	(6.510)	(7.704)	(14.214)
Alíquota efetiva	4,83%	9,06%		7,40%	8,76%	

As alíquotas nominais são 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, porém a Companhia pode reduzir em 75% o imposto de renda sobre o lucro da exploração pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário do seu pleito, por estar situada na área incentivada pela SUDENE. A Companhia obteve o Laudo Constitutivo com a SUDENE em 19 de dezembro de 2012, o qual foi referendado pela Receita Federal do Brasil, conforme Ato Declaratório Executivo nº 142 de 27 de agosto de 2013. Em 2021 foi registrado no resultado imposto de renda diferido de R$ 22 (R$ 2.382 em 2020) e contribuição social diferida de R$ 8 (R$ 857 em 2020), decorrentes principalmente da diferença de taxa de depreciação dos grupos geradores, entre a taxa permitida pelo Fisco e a taxa registrada contabilmente no exercício. **31. Instrumentos financeiros:** O Grupo revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • **Aplicações financeiras** - são classificados como caixa e equivalentes de caixa. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Fornecedores** - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao custo amortizado. • **Empréstimos** - o principal propósito deste instrumento é gerar recursos para investimento em controlada indireta. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. • **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e tem como objetivo a proteção às variações de câmbio (moeda). A determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo. • **Debêntures não conversíveis** - estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizável, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores contábeis consolidados dos instrumentos financeiros se assemelham aos de mercado, como segue:

Instrumento financeiro	Categoria	Hierarquia	2021 Valor Contábil	2021 Valor de mercado	2020 Valor Contábil	2020 Valor de mercado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	194.879	194.879	142.186	142.186
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	Nível 2	67.973	67.973	36.040	36.040
Outros contas a receber	Mensurado ao custo amortizado	Nível 2	49.090	49.090	21.974	21.974
Passivos financeiros						
Conta reserva serviço da dívida	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.494	5.494	5.280	5.280
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	Nível 2	35.541	35.541	9.719	9.719
Empréstimos e financiamentos	Mensurado ao custo amortizado	Nível 2	172.294	172.294	-	-
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	Nível 2	170.505	170.505	237.474	209.045
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	-	8.082	8.082

A Administração considerou a LTN – Letras do Tesouro Nacional como uma taxa livre de riscos para cálculo do valor de mercado da debêntures para fins de apresentação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020, adicionalmente o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. Para os demais ativos e passivos o Grupo não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **Gerenciamento de riscos:** A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Companhia é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoelétrica, reguladas pela ANEEL. A Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da Companhia e suas controladas que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: • **Risco de liquidez** - Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Companhia possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	6 meses	06-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Fonecedores EPESA	35.458	27.858	-	-	7.600	
Debêntures EPESA	30.942	6.702	6.702	17.538	-	-
Debêntures EBRASIL	139.563	28.452	27.778	83.333	-	-
	205.963	63.012	34.480	100.871	7.600	

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta Reserva do serviço da dívida da controlada EPESA, no valor de R$ 5.494 (R$ 5.280 em 2020) é mantido como garantia para amortização de três parcelas consecutivas (principal e juros) do saldo em aberto das debêntures (Nota Explicativa nº 11). • **Risco taxa de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e suas controladas é:

2021	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	139.563	170.504

2020	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	194.725	237.475

• **Risco de variação cambial** - O risco de variação cambial está ligado ao risco de mercado e decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio que possam gerar prejuízos, levando uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição de variação cambial se refere à flutuação do Dólar. São utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda - Non Deliverable Forward (NDF). No quadro abaixo, demonstramos as posições da Companhia com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Moeda	Vencimento	Valor de referência - (*Notional*) 2021	(*Notional*) 2020	Moeda	Valor justo - (*MTM*) 2021	(*MTM*) 2020
Contratos a Termo (NDF)							
Moeda estrangeira - Posição Vendida	USD	2021	-	65.000	R$	-	4.075
Moeda estrangeira - Posição Compras	USD	2021	-	15.000	R$	-	(1.757)
Total	USD		-	80.000	R$	-	2.318

Exposição ao risco cambial: Um resumo da exposição a risco cambial do Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Passivo	2021 USD	2021 R$	2020 USD	2020 R$
Instrumentos financiamentos derivativos	-	-	(1.217)	(6.325)
Exposição líquida (ativo - passivo)	-	-	(1.217)	(6.325)

• **Risco de crédito** - O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R$ 67.973 (R$ 36.040 em 2020). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público. • **Risco de aceleração de dívidas** - A Companhia e sua controlada EPESA possuem debêntures contendo cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Companhia e suas controladas e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações. • **Risco de gerenciamento de capital** - A política da Companhia e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional. • **Risco matéria prima** - É o risco de a EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Companhia gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora. **32. Eventos Subsequentes:** *Empréstimos e financiamentos:* No decorrer dos meses de janeiro à março de 2022 a Companhia liquidou os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras do Banco Itaú e Banco ABC, conforme relacionados abaixo, em seu vencimento:

Modalidade	Custo captação	Vencimento	Parcelas	2021
Banco Itau	2,07% a.a.	jan/22	1	38.756
Banco Itau - CCB	1,98% a.a + CDI	mar/22	1	25.694
Banco ABC	2,13% a.a.	fev/22	1	51.543
				115.993

Diretoria

Dionon Lustosa Cantarelli Junior - **Diretor Presidente**
Carlos Wilson S. Ribeiro - **Diretor Financeiro**
Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima - **Diretora de Controladoria**
Richard Kehrer Kovacs - **Diretor de Novos Negócios e Planejamento**
Mayara Peixoto Quintino Martorelli - **Contadora** - CRCPE 021.099/O-5

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

D4Sign db650f74-77e3-445f-b625-77ab678a70d8 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20220405/

05/08/2022

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4awjXY3M0C8FPhFI_zg6yQ&chave2=biYHKotZXwAGXcXi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 93271301891-DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR|51028344449-KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA

Publicidade 05 04 2022

Código do documento db650f74-77e3-445f-b625-77ab678a70d8

Assinaturas

DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Certificado Digital
contato@diariodepernambuco.com.br
Assinou

Eventos do documento

05 Apr 2022, 00:40:25
Documento db650f74-77e3-445f-b625-77ab678a70d8 **criado** por CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL (37a5508e-3444-4cd3-85ad-2d1fa3cc47a4). Email:contato@diariodepernambuco.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-05T00:40:25-03:00

05 Apr 2022, 00:40:57
Assinaturas **iniciadas** por CARLOS FREDERICO DE ALBUQUERQUE VITAL (37a5508e-3444-4cd3-85ad-2d1fa3cc47a4). Email: contato@diariodepernambuco.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-05T00:40:57-03:00

05 Apr 2022, 00:41:33
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107 **Assinou** Email: contato@diariodepernambuco.com.br. IP: 189.39.123.29 (29.123.39.189.smart.net.br porta: 13800). Dados do Certificado: CN=DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=17334115000115, OU=Presencial, L=Recife, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2022-04-05T00:41:33-03:00

Hash do documento original
(SHA256):f3f2cbfc9dee73273228b6f65955c4e8e60d4607664427a3b740798afa9c4ffe
(SHA512):616097db12f4267a182a61c9265ca03a6ef623c1f95c18335abbc17eda78bf7e49936c6db94133c243a7c499f2f001ad7bd520a99abb9263dada6f2d9c61d16b

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

05/08/2022

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344

228777895

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	**ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL**
PROTOCOLO	**228777895 - 04/08/2022**
ATO	**008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA**
EVENTO	**008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA**

MATRIZ

NIRE 26300016923
CNPJ 10.538.273/0001-48
CERTIFICO O REGISTRO EM 05/08/2022
SOB N: 20228777895

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 51028344449 - KATIA CILENE DE OLIVEIRA JUCA E LIMA - Assinado em 04/08/2022 às 13:55:39
Cpf: 93271301891 - DIONON LUSTOSA CANTARELI JUNIOR - Assinado em 04/08/2022 às 13:54:24

Assinado eletronicamente por
ILAYNE LARISSA LEANDRO MARQUES
SECRETÁRIA - GERAL

05/08/2022

Certifico o Registro em 05/08/2022
Arquivamento 20228777895 de 05/08/2022 Protocolo 228777895 de 04/08/2022 NIRE 26300016923
Nome da empresa ELETRICIDADE DO BRASIL S.A. - EBRASIL
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 118987704071344